PLANO DE

GOVERNO

2023 - 2026

Bolsonaro

INTRODUÇÃO

APRESENTAREMOS NESSE DOCUMENTO O PLANO DE GOVERNO 2023 – 2026 DE JAIR MESSIAS BOLSONARO.

ANTES DO GOVERNO BOLSONARO, O MODELO DE GESTÃO IMPLANTADO NO BRASIL FAVORECEU A PROLIFERAÇÃO DA POBREZA, AO MESMO TEMPO EM QUE IMPEDIU A IMPLEMENTAÇÃO DE UM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SEGURO, PRÓSPERO E SUSTENTÁVEL A LONGO PRAZO.

De acordo com o Banco Mundial, em 2002 existia no mundo 1,58 bilhão[1] de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza. No Brasil, eram 47,4 milhões[2] de pessoas, de acordo com o IBGE.

No final de 2016, o número de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza no mundo caiu para 735 milhões[3], e no Brasil aumentou para 52,8 milhões[4] (IBGE 2017).

Dados comprovam que entre 2003 e 2016 a pobreza no mundo caiu 53,5%, mas no Brasil aumentou 11%. Pode-se afirmar que, em comparação com o mundo, o modelo de gestão adotado no Brasil nesse período impediu 30,6 milhões de brasileiros de sair da linha da pobreza.

Em 2019, com a eleição de Jair Bolsonaro, iniciou-se um novo modelo de gestão, onde o caminho para a prosperidade da nação foi fundamentado na economia liberalista que investe em políticas públicas que combatem a pobreza e reduzem a desigualdade através da geração de emprego e renda.

O novo modelo de gestão implementado no governo Jair Bolsonaro provou que a prosperidade de uma nação está diretamente ligada a programas sociais que necessariamente devem estar atrelados a políticas públicas que favorecem a geração de emprego.

No início de 2019, de acordo com o Banco Mundial, existia no mundo 655 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza. No Brasil, de acordo com o IBGE, tínhamos 51,7 milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza.

Os efeitos da pandemia e da guerra foram cruéis no mundo todo e no Brasil não foi diferente.

Ocorre que, nesse período, de acordo com os dados da Oxfam[5], o mundo viu um salto de 263 milhões de pessoas migrando para a linha da pobreza. Ou seja, um aumento de 40%. No Brasil, porém, com a mudança no modelo de gestão e a eficiência das políticas públicas, observa-se um resultado três vezes melhor do que o resto do mundo.

Enquanto o mundo todo vê um salto de 40% no aumento da pobreza, o Brasil tem um impacto de 13,9%, ou seja, quase três vezes menor.

Se não tivéssemos tido a eficiência desse modelo de gestão, teríamos hoje 14 milhões de pessoas a mais abaixo da linha da pobreza.

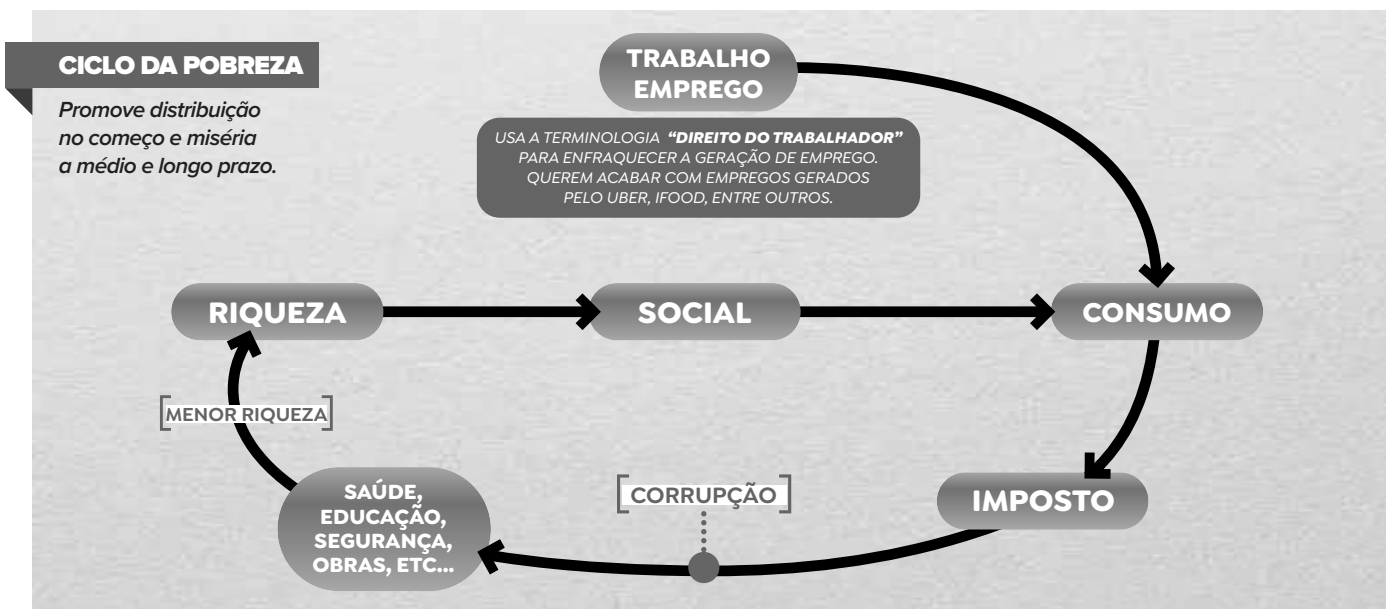
Portanto, se por um lado o antigo modelo de gestão, ao comparar com o mundo, impediu 30,6 milhões de brasileiros de sair da linha da pobreza, o novo modelo de gestão, no mesmo comparativo, impediu 14 milhões de brasileiros de entrar na linha da pobreza.

Este modelo de gestão, que fortalece o empreendedorismo e a geração de emprego, fez com que, em junho de 2022, atingíssemos a marca histórica de 97,8 milhões de brasileiros trabalhando. Com mais trabalho, o consumo aumentou, com isso, a arrecadação também subiu e atingiu a maior arrecadação para um trimestre que nossa nação já viu. No primeiro semestre a receita bruta atingiu 1,089 trilhão de reais[6].

1 Fonte: https://wwp.org.br/pobreza-cai-mas-ainda-aflige-767-milhoes-de-pessoas-no-mundo-veja-dados-atualizados/
2 Fonte: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ultima-hora/pais/miseria-atinge-47-4-milhoes-de-pessoas-no-pais-informa-ibge-1.476242?page=2
3 Fonte: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50077214
4 Fonte: https://cee.fiocruz.br/?q=IBGE-Pobreza-aumenta-e-atinge-54%2C8-milhoes-de-pessoas
5 Fonte: https://www.oxfam.org.br/historia/
6 Fonte: https://jovempan.com.br/noticias/economia/arrecadacao-federal-bate-recorde-em-junho-e-chega-a-r-1-trilhao-no-primeiro-semestre.html

Com mais receitas, é possível investir mais em entregas, realizações, políticas sociais e principalmente seguir no fomento à geração de novos empregos como incentivo ao empreendedorismo, redução de impostos, desburocratização, tecnologia, fomento a novas matrizes energéticas, entre tantas outras realizações. Esse novo modelo de gestão foi capaz de fazer do Brasil o primeiro país entre as 20 maiores economias do mundo a superar indicadores econômicos no período pré-pandemia. Importante salientar a diferença entre o modelo de gestão anterior a Bolsonaro e o exercido atualmente.

Um, fortalece a pobreza e a miséria, não estimula nem a procura, nem a geração de empregos, causa desequilíbrio fiscal e destrói a economia no médio e longo prazo, porque não é sustentável. Esse foi o modelo que quase acabou com o Brasil, que empobreceu os brasileiros, que devastou milhões de empregos, que endividou as nossas empresas estatais em centenas de bilhões de reais, que alastrou a corrupção, que desordenou as contas públicas e mergulhou o país na recessão. Esse é o modelo antigo, que fez muito mal ao Brasil nas últimas décadas e não conseguiu transformar a nossa nação, nem melhorar a vida do nosso povo.

Já o novo modelo de gestão, implantado no governo Bolsonaro, é pelo Bem do Brasil, é um modelo que produz e distribui riqueza, que proporciona ao Brasil bater recordes na geração de empregos, que aumenta os benefícios sociais para os mais vulneráveis, que facilita a abertura de novas empresas reduzindo a burocracia, que incentiva a capacitação das pessoas para elas conquistarem a sua autonomia e independência financeira. O modelo de gestão do governo Bolsonaro investe a riqueza do Brasil na geração de empregos, para que a vida das pessoas melhore, e vivendo melhor elas consomem mais, aquecendo a economia, com isso a arrecadação aumenta, permitindo ao Brasil investir mais recursos em ações na saúde, educação, segurança, obras e projetos sociais. É um ciclo virtuoso de prosperidade, que está conduzindo o Brasil no rumo do desenvolvimento econômico sustentável.

APRESENTAÇÃO

Este documento tem por objetivo expor orientações gerais para o Plano de Governo de reeleição de Jair Bolsonaro. É o produto de discussões, conversas, leituras, debates e opiniões de variadas fontes experientes no trato da coisa pública e com visão futura que propicie ao Brasil se tornar, cada vez mais, uma potência econômica que beneficie sua população. Trata-se, portanto, de um documento estratégico, com uma visão moderna diante do contexto histórico que vivenciamos, e de alto nível.

Em síntese, a metodologia utilizada foi: ouvir interessados e especialistas, aprofundar conhecimentos por meio de leitura adequada, de forma que seu conteúdo possa ser tempestivamente aprimorado.

Como premissas, foram empregadas a linguagem direta, a enunciação de exemplos que demonstram o que se pretende fazer, modificar ou dar continuidade, e a estruturação

É preciso ter um olhar amplo para antever e compreender a direção provável do mundo, por meio de fatos portadores de futuro, e como o Brasil pode-se inserir nesse contexto de forma a proteger seus cidadãos

por eixos para facilitar sua construção e a transparência em seus propósitos. **Em suma, ela mostra "o que fazer".** Dentro desta premissa, precisamos estar à frente de nossas necessidades para propiciar um Estado que possa responder os desafios presentes e futuros, onde o talento da população brasileira (entenda-se capacitação), como um novo fator de produção em uma economia 4.0, além dos tradicionais, e a capacidade tecnológica serão fundamentais para o nosso desenvolvimento.

A conjuntura mundial na qual se vive é incerta, notadamente a vertente econômica. Países do G7, dentre outros, inclusive na América Latina, têm sofrido substancialmente com o problema inflacionário e energético, devendo, ao que tudo indica, se agravar nos próximos anos. O primeiro fato que corrobora com essa afirmação diz respeito à chamada teoria de Stolper-Samuelson ou equalização dos preços dos fatores de produção em função de a população do Oriente estar saindo da miséria, pressionando o crescimento e os custos no Ocidente. O Brexit é um exemplo disso. O segundo, diz respeito à pandemia, que propiciou um choque adverso de oferta. Significa mais inflação e menos crescimento simultaneamente em função da ruptura das cadeias produtivas. Por fim, o conflito entre a Ucrânia e a Federação da Rússia implica na falta de grãos e energia, que também pressionam a inflação no mundo.

Cabe ao Brasil, que compõe o que está se convencionando a chamar de E7 (países emergentes), ver nesse contexto adverso oportunidades para fazer sua economia crescer e cuidar da sua população, efetivando direitos já conquistados e gerando emprego e renda em uma espécie de reconfiguração de "cadeia de valor". Dois requisitos devem ser observados: os investimentos, sob o ponto de vista logístico, que devem estar próximos do Brasil e o fato de que o País precisa ser "amigo" e "ter próximo" (geograficamente) o máximo de nações, como exigência geopolítica, a fim de desenvolver sua economia e relações comerciais que impactem positivamente.

Nossa Nação, por meio do governo Bolsonaro, tem essa capacidade por intermédio de acordos bilaterais e multilaterais. Os exemplos são muitos, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o The European Free Trade Area (EFTA), dentre outros.

A inserção do Brasil nesses organismos internacionais significa não apenas a celebração de novas parcerias comerciais que promovam o desenvolvimento econômico, mas também a incorporação e a melhoria nacional de boas práticas consagradas para o setor público e para o processo produtivo, permitindo a sua difusão em fóruns internacionais e protegendo as relações comerciais bilaterais e multilaterais de ataques externos, quanto à garantia de direitos individuais, à preservação do meio ambiente, à sustentabilidade, à não existência de dumping, trabalho análogo ao escravo e corrupção, dentre outros.

Deve-se prosseguir com a modernização do Estado Brasileiro para continuar aumentando as facilidades proporcionadas ao cidadão e ao setor produtivo pela digitalização, conectividade e a eficiência da prestação dos serviços.

Este Plano de Governo foi elaborado com a participação de especialistas em cada área, quando diversas "vozes" foram ouvidas, estabelecendo as prioridades, os investimentos, o cronograma temporal, os estudos de viabilidade e todo o conjunto de ações que propiciem uma entrega **séria, realista e honesta para a sociedade brasileira.** Além disso, posteriormente deve-se elaborar tópicos que atendam ao necessário planejamento regional, levando em consideração as condições e as peculiaridades de cada região do Brasil. Determinadas políticas que se adequam à região Sul não são aplicáveis, por exemplo, ao Centro-Oeste. Para isso, devem ser consultados especialistas em cada uma dessas regiões e microrregiões a fim de se atingir a assertividade necessária de forma pontual.

Entende-se que um Plano de Governo deve gerar certezas. Na essência, o Governo reeleito de Bolsonaro continuará a implementar as **mudanças e reformas estruturantes** (que só não foram mais abrangentes devido à pandemia de Covid-19 e a guerra entre a Federação da Rússia e a Ucrânia), com o objetivo de **melhorar a eficiência dos gastos públicos**. Dessa forma, revendo gastos, desvinculando, desobrigando e desindexando as despesas, **aumentar a eficiência do uso do dinheiro público para atender as reais necessidades da população brasileira, garantindo a renda básica, a educação, a saúde e a segurança.**

Dentre as reformas estruturantes, a fim de **garantir o emprego e renda e a retomada do crescimento econômico,** simplificar a legislação e reduzir a carga tributária, prosseguir nos avanços da legislação trabalhista para facilitar as contratações, desburocratizar e desregular as normas para favorecer a criação de empresas e o empreendedorismo, prosseguir na abertura comercial, com a redução da tributação das empresas nacionais e também dos impostos de importação, **criando um ambiente de concorrência e competitividade que reduzirá os preços e melhorará a oferta e a qualidade dos produtos e serviços, beneficiando o cidadão.**

Mesmo diante de um cenário mundial volátil, é preciso ter um olhar amplo para antever e compreender a direção provável do mundo, por meio de fatos portadores de futuro, e como o Brasil pode se inserir nesse contexto de forma a proteger seus cidadãos, física e emocionalmente, por meio do bem-estar social, do aumento da oferta de emprego, da geração de renda, da segurança e da manutenção de valores que são tradicionais em nossa sociedade: **Deus, Pátria, Família, Vida e Liberdade.**

A pandemia que se vive desde 2020 e o atual conflito entre a Federação da Rússia e a Ucrânia, bem como outros fatos da história recente, dificultaram, mas não impediram, o Governo Federal de implementar uma série de ações previstas no **Caminho da Prosperidade**, de políticas públicas

“

... e como o Brasil pode-se inserir nesse contexto de forma a proteger seus cidadãos, física e emocionalmente, por meio do bem-estar social, do aumento da oferta de emprego, da geração de renda, da segurança e da manutenção de valores que são tradicionais em nossa sociedade: ***Deus, Pátria e Família, Vida e Liberdade.”***

propostas pelos órgãos do executivo Federal e em outros documentos. Entendeu-se que a realidade dos fatos deve ser considerada como mais um aspecto a ser vencido além daqueles obstáculos e problemas tradicionalmente conhecidos em nosso País.

Outro aspecto que merece atenção e corrobora com essa volatilidade, diz respeito à área econômica, notadamente ao aumento inflacionário de alimentos e de combustíveis em parte expressiva do mundo, em função de acontecimentos externos ao País, já mencionados. **O governo adotou as medidas possíveis e conectadas com os fatos** e continuará a fazê-lo no novo mandato, sempre **respeitando a Constituição** e a responsabilidade que deve caracterizar a gestão do erário público.

Ainda dentro do viés econômico, foram discutidos para a elaboração do Plano de Governo, aspectos como dívida pública, carga tributária e reformas estruturantes de longo prazo a fim de manter o País viável, não só durante o governo que será eleito, mas nos subsequentes. **Trata-se de pensar nas gerações futuras, de nossos filhos e dos filhos de nossos filhos,** inclusive naqueles que sequer nasceram. É preciso contemplar ideias, planejar e concretizar ações que atendam às necessidades e expectativas socioeconômicas dos que virão, com ações corajosas e baseadas em materialidade e pensamento prospectivo, **inclusive com reflexões que levem em consideração a inovação disruptiva que vivenciamos,** onde muitos conceitos e realidades econômicas sofrerão impactos expressivos, como o **desenvolvimento sustentável** nos vértices da preservação do meio ambiente, com desenvolvimento econômico e inclusão social.

Como equilibrar, no futuro próximo e diante das perspectivas disruptivas influenciadas pelos avanços tecnológicos, a composição da despesa, a estrutura tributária e a restrição orçamentária do governo? O Plano de Governo deve oferecer posições, também, sobre tais questionamentos, orientados por economistas e pelos anseios da sociedade brasileira.

Logo, o presente Plano de Governo busca **propiciar direções aos diversos setores da administração pública,** tendo em mente, os desafios que o Brasil enfrenta e deverá enfrentar, garantindo a continuidade e o aperfeiçoamento dos planejamentos elaborados no período entre 2019 e 2022.

Por fim, destaca-se que este Plano de Governo, chamado de ***CAMINHO DA PROSPERIDADE – CONSTRUINDO UMA GRANDE NAÇÃO, complementa e dá continuidade ao CAMINHO DA PROSPERIDADE,*** desenhado em 2018 para o primeiro mandato.

Trata-se, portanto, de uma **continuidade para as ações que deram certo e um aperfeiçoamento daquelas que precisem e possam ser melhoradas em benefício da sociedade brasileira.** É a eterna e responsável busca em assegurar os **direitos humanos de todos** e fazer mais com os recursos existentes, por meio de programas públicos eficientes e voltados ao cidadão. Afinal, é para isso que se elege um governo: **propiciar liberdade e bem-estar, garantindo a democracia e a dignidade para uma vida justa e com propósito a cada cidadão brasileiro.**

1 VALORES E PRINCÍPIOS CENTRAIS DO PLANO DE GOVERNO

1.1 A LIBERDADE E A VIDA

Liberdade é tão importante quanto a própria vida! Ela não tem serventia se a vida do cidadão é caracterizada pelo autoritarismo; pelas intervenções do Estado na sua família e nas suas propriedades; pelas tentativas de cercear o direito inalienável da imprensa de informar livremente, pela falta de segurança jurídica ou da possibilidade de escolhas individuais.

Liberdade é um conceito caro a todos que acreditam na família, na democracia, na liberdade econômica, no direito à propriedade, no direito à vida do nascituro, na possibilidade de expressar suas opiniões e na condução de suas vidas de acordo com valores e propósitos, como é o caso da gestão Bolsonaro. É, em última análise, a base da felicidade e prosperidade humana. Sem ela, nada teria sentido para o indivíduo ou para a coletividade. **Não se negocia a LIBERDADE nem a VIDA!**

A liberdade é essencial para a prosperidade individual e social. Ela é atingida ao se integrar políticas públicas direcionadas às famílias, em especial àquelas em situação de pobreza e extrema pobreza, com a transferência direta e indireta de renda, bem como destinadas à atenção à primeira infância, ao incentivo ao esforço individual, à inclusão produtiva rural e urbana, e à implementação de medidas de ampliação da autonomia financeira das famílias em situação de vulnerabilidade. É também zelar pela liberdade e pela vida dos cidadãos, uma vez que cidadania plena é aquela que garante ao indivíduo a oportunidade de transformação e não dependência do Estado.

Vive-se um momento histórico, notadamente no mundo ocidental, onde esse conceito perde força em função de distorções e interesses variados; o que não se deve admitir. Assim, o presente Plano de Governo inicia propositadamente com a LIBERDADE e VIDA como premissas básicas nas relações humanas e como um conceito inegociável. **Liberdade é intangível e inegociável.**

a) Liberdade Econômica

Consiste em propiciar ao cidadão o livre arbítrio para empreender em todas as áreas onde os marcos legais permitam, gerando emprego, novos conhecimentos, competitividade e bem-estar social. Dentre os benefícios citados que este tipo de visão de economia de mercado propicia, os mesmos estão em franco contraste com economias planificadas, há muito obsoletas e que não se adequam à realidade dos fatos e do mundo em que vivemos.

Busca-se, dentro da realidade brasileira, deixar a cargo do Estado somente aquilo que ele pode realizar em função dos altos custos de investimento e complexidades inerentes à gestão ou concentrando seus esforços em exercer sua função estabilizadora por meio de ações imediatas e coerentes a fim de controlar, por exemplo, choques econômicos sobre a renda e o consumo, como foi feito durante a pandemia.

Merecem destaque as ações de **desestatização** por meio da concessão de serviços públicos, de parcerias público-privadas e da **privatização** de estatais, como ocorreu com a **Eletrobrás**, que ampliadas, trarão benefícios diretos e indiretos para o cidadão brasileiro e permitirão ao Estado focar nas suas principais responsabilidades como saúde, educação, segurança e bem-estar. No âmbito no Programa de Parceria de Investimentos, desde 2019, **já foram leiloados mais de 140 empreendimentos que totalizam um valor estimado de investimento de 840 bilhões de reais e arrecadação via outorga de 183 bilhões de reais**. Os leilões podem ocorrer em diversas modalidades como concessão, arrendamento, autorização, desestatização etc.

O Governo Federal pugna pela **segurança jurídica**, por meio da consolidação e da implementação de marcos legais que garantam o cumprimento de obrigações nas relações econômicas e comerciais. Do mesmo modo, o Governo Federal tem auxiliado na **redução e simplificação de impostos,** como os impostos de importação (II), sobre produtos industrializados (IPI) e sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS), o que proporciona uma margem de folga para o empresário. **É importante destacar que não há qualquer ligação com tabelamento de preços**, pois uma vez **que o Governo Bolsonaro prega a liberdade econômica, tabelar preços seria uma anomalia inconcebível**.

Essa redução de tributos pelo Governo Bolsonaro, possível devido à **responsabilidade fiscal** e ao **equilíbrio das contas públicas**, está proporcionando ao cidadão brasileiro benefícios como a **redução das contas de energia elétrica e de telefonia celular, do preço da gasolina e do acesso a bens de consumo, como uma geladeira.**

Como parte da reforma tributária, dentro dos compromissos de desoneração assumidos para a gestão 2019-2022 e dos princípios da responsabilidade fiscal, foi elaborada uma proposta de **correção de 31% na tabela do Imposto de Renda (IR) para Pessoas Físicas**, isentando todos os trabalhadores celetistas que recebessem até R$ 2,5 mil mensais. Para isso, em julho de 2021, o texto foi enviado ao Congresso Nacional e chegou a ser aprovado pela Câmara dos Deputados, mas não avançou no Senado. O governo reeleito de Jair Bolsonaro continuará perseguindo a efetivação dessa proposta e a **ampliação da desoneração ao trabalhador.** Sem a pandemia e com o crescimento econômico, **com responsabilidade fiscal**, será possível perseguir o objetivo de i**sentar os trabalhadores que recebam até cinco salários mínimos** durante a gestão 2023-2026.

b) Liberdade Religiosa

Implica propiciar a todos os brasileiros e residentes em nosso País **a livre possibilidade de exercer ou não suas crenças religiosas**, respeitando os que pensem diferente. Dessa forma, cada cidadão se torna completo, tem o livre arbítrio sobre sua visão de mundo e desfruta de sua felicidade. Trata-se de **defender que o Estado e a sociedade garantam a liberdade religiosa do cidadão,** combatendo todas as formas de discriminação e os ataques às distintas práticas religiosas.

c) Liberdade de Expressão

Conceito dos mais importantes em uma democracia. Infere na garantia, inclusive Constitucional, de o cidadão exercer sua liberdade de exprimir pensamentos e ideias, mesmo que contraditórias em relação a outros grupos. Por meio dela, **os indivíduos e os órgãos de imprensa têm liberdade para investigar, divulgar e opinar sobre fatos de interesse próprio e da Sociedade.** É por meio dessa LIBERDADE que o cidadão e a coletividade se expressam, inclusive nas **redes sociais**, construindo pontes para um futuro mais consistente e justo para o País. Ela alimenta o pensamento crítico, a criatividade e o contraditório, possibilitando o diálogo e o constante aperfeiçoamento da sociedade e das instituições do Estado. **Deverá ser estimulada e garantida durante o governo reeleito,** como vem sendo no mandato presidencial de 2019 –2022.

7 Fonte: https://g1.globo.com/economia/imposto-de-renda/noticia/2022/05/10/imposto-de-renda-2022-ultima-correcao-da-tabela-foi-em-2015-relembre.ghtml

d) Liberdade para a Defesa de Direitos

A legítima defesa é direito fundamental que deve ser tutelado para permitir ao cidadão a proteção dos seus **direitos fundamentais** (vida, integridade física, dignidade sexual e liberdade) contra injusta agressão. Nesse sentido, trata-se de importante dever de um estado de direito, que prima pela defesa dos valores fundamentais, **assegurar a legítima defesa e prover meios para seu exercício.** É fundamental pontuar a importância da preservação e potencialização do exercício da legítima defesa que, por óbvio, autoriza o uso da força para evitar injusta agressão, inclusive com o uso de arma de fogo.

A força dissuasória do acesso às armas de fogo se mostra também um importante elemento que contribui para a política de segurança pública e para a própria pacificação social e preservação da vida. A esse respeito, é válido registrar a queda de homicídios por arma de fogo de 25,1% de 2018 a 2019, período este de ampla expansão de aquisição de armas de fogo pelo cidadão.

Ademais, o acesso às armas de fogo também é importante instrumento de prática desportiva e cultural. Motivo de orgulho para os brasileiros, pois trata-se de nossa primeira medalha de ouro olímpica. Assim, neste segundo mandato serão preservados e ampliados o direito fundamental à legítima defesa e à liberdade individual, especialmente quanto ao fortalecimento dos institutos legais que assegurem o acesso à arma de fogo aos cidadãos.

e) Liberdade para o Uso Responsável dos Recursos Naturais

Embora explorada de maneira distorcida por uma parcela das mídias internacionais e nacionais, notadamente quando o país é o Brasil e o bioma é o amazônico, a Constituição Federal, em seu artigo 225, garante: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do cidadão e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.". **Nesse sentido é que se entende que o governo deve propiciar a todos, incluindo indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outros, a LIBERDADE de uso responsável dos recursos naturais** que cada indivíduo ou coletividade dispõe legalmente no sentido de que exista, de fato, um crescimento ordenado, **equilibrando proteção ambiental com crescimento econômico justo e sustentável para todos e benefícios sociais**, possibilitado pela educação, pela capacitação, pela orientação técnica, pelo empreendedorismo e pelo fomento, de acordo com as peculiaridades regionais e culturais, mitigando a desigualdade socioeconômica entre as regiões e os cidadãos brasileiros.

1.2 DIGNIDADE PARA OS MENOS FAVORECIDOS

Dignidade é, junto da liberdade e de outros conceitos importantes em uma democracia, fator que demonstra, por exemplo, a efetividade de uma política pública. Cidadãos vivendo em ambiente digno significa que as políticas nessa direção estão sendo coerentes e assertivas. Caso contrário, devem ser redirecionadas e se adequar à realidade de forma a cumprir o seu papel. Devem, portanto, atender ao máximo os menos favorecidos para que estes tenham equidade de oportunidades. Atender, portanto, aos menos favorecidos continuará sendo o objetivo do futuro governo para que atinjam a cidadania plena. Nesse aspecto, ainda, há necessidade de que tecnologias que propiciem a rápida verificação de anomalias não esperadas nas políticas públicas, devem ser implementadas a fim de corrigir rapidamente eventuais distorções.

DIGNIDADE É, JUNTO DA LIBERDADE E DE OUTROS CONCEITOS IMPORTANTES EM UMA DEMOCRACIA, FATOR QUE DEMONSTRA, POR EXEMPLO, A EFETIVIDADE DE UMA POLÍTICA PÚBLICA.

O cidadão pleno não deve ser dependente do Estado, mas conta com o apoio do governo para ter autonomia e dignidade para buscar melhores condições de vida. Para tanto, o Governo Federal está modernizando o Cadastro Único, que é a base de dados que permite ao governo saber quem são e como vivem as famílias em situação de vulnerabilidade do Brasil, o que facilitará a identificação e o perfil de cada família cadastrada, permitindo uma maior focalização das políticas públicas para o seu público-alvo, gerando uma maior eficiência e qualificando os gastos públicos. O lema é conhecer melhor, incluir e transformar a realidade e qualidade de vida dessas pessoas.

A conjuntura no primeiro ano de governo encontrada em 2019, demonstrou o início da retomada do crescimento econômico, com avanços no combate à inflação, geração de emprego e renda, investimentos em saúde, educação, saneamento, habitação, segurança, tecnologia, conclusão de obras de infraestrutura e muitos outros avanços, como o crescimento do PIB. Porém, a partir de 2020, o mundo se deparou com a pandemia da Covid-19, com consequências para a economia e as cadeias produtivas mundiais, passando ainda o Brasil por uma crise hídrica e, mais recentemente, o conflito entre a Federação da Rússia e a Ucrânia, gerando uma crise energética.
Em que pese esses fatores terem ocorrido, o Governo Bolsonaro conduziu as ações de enfrentamento à pandemia na área da saúde e da economia, reforçando os serviços de saúde pública e investindo na vacinação, e garantindo os empregos e a manutenção das empresas. Dessa forma, ultrapassando esses problemas, a retomada do crescimento da economia, a geração de emprego e renda e o desenvolvimento socioeconômico estão ocorrendo conforme as expectativas do governo e em maior velocidade que o resto do mundo. O governo reeleito continuará promovendo a inclusão socioeconômica e redução das diferenças regionais, transformando o cidadão pela sua inclusão social.

1.3 SOLIDARIEDADE SOCIAL E VOLUNTARIADO

A solidariedade social se fundamenta na associação de interesses e valores compartilhados por uma sociedade, comunidade ou grupo de cidadãos. A importância e relevância da solidariedade social radica em que a associação e o voluntariado permitem superam o individualismo egoísta ao criar capacidade nos cidadãos para identificar-se e assumir compromissos com os outros sobre a base do respeito mútuo e da reciprocidade, sem ter que esperar a mesma quantidade de benefícios e sem valorizar as vantagens individuais.

A solidariedade e o voluntariado constituem instrumentos que permitem o desenvolvimento das capacidades individuais dos cidadãos mais necessitados através da cooperação e realização de ações que promovem a superação de situações de calamidade e crises individuais e sociais. Nesse sentido, esses princípios são ferramentas que o Governo utiliza para atender as demandas da população. Todavia, no mundo real, há momentos em que isso não é possível, haja vista as peculiaridades e incertezas que se apresentam ao longo do período de governo.

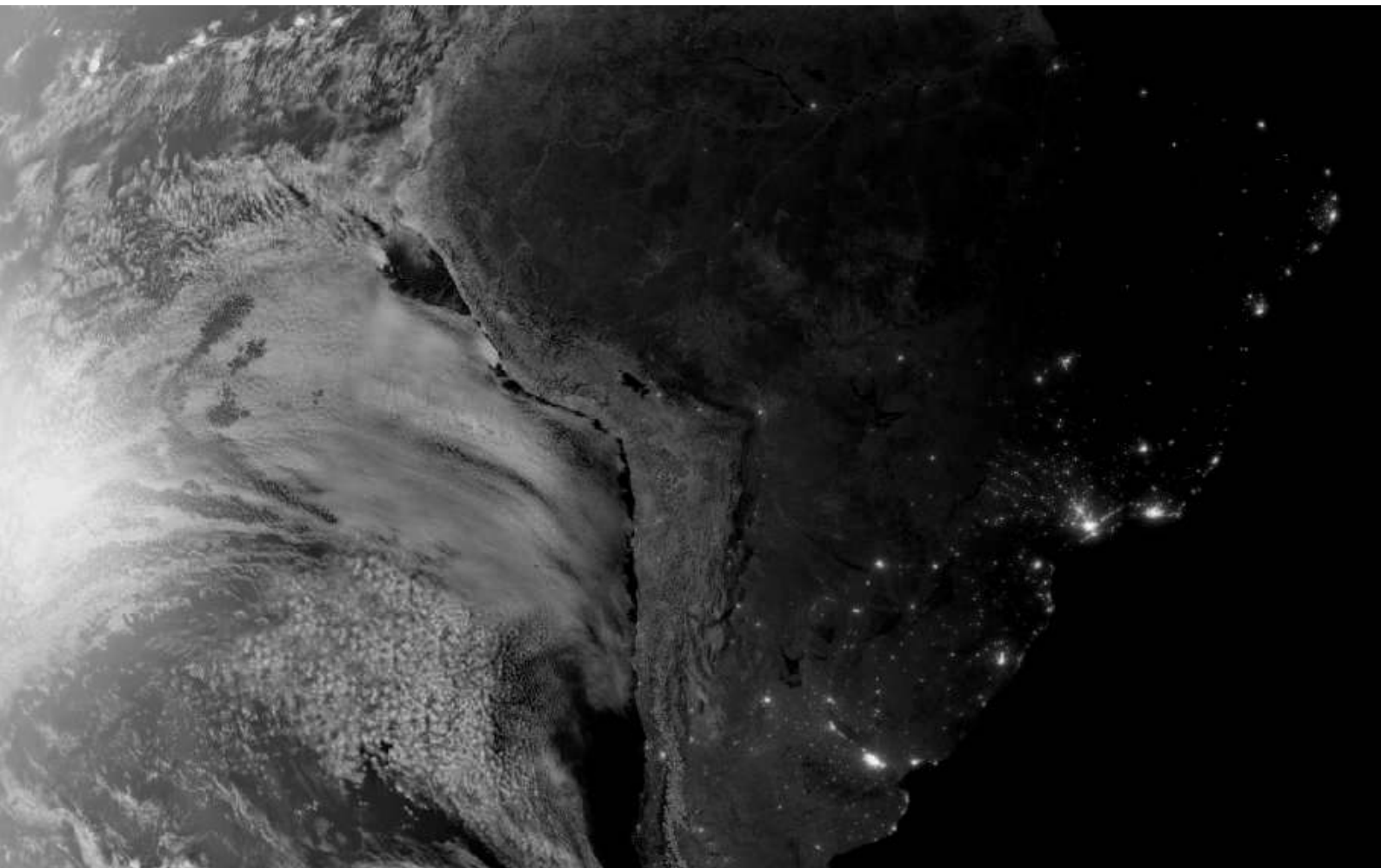
A solidariedade social e o voluntariado, com a participação fundamental da sociedade civil, são peças importantes em uma engrenagem que se proponha a servir seu cidadão nos períodos de relativa tranquilidade e naqueles em que tragédias acontecem. Cumpre um papel subsidiário importantíssimo. Visto isso, recomenda-se um expressivo empenho no incentivo de ações voluntárias, inclusive com a criação de canais que facilitem, por exemplo, respostas rápidas às calamidades regionais, **estabelecendo macroprocessos e processos que possibilitem orientação àqueles que realizem a doação** (o que pode e o que não pode, o que se precisa e o que não se precisa, dentre outros aspectos), os caminhos a serem seguidos na doação, desde a entrega até a chegada a quem necessita, coibindo desvios e reduzindo o tempo por meio de uma logística efetiva.

É ainda importante levar em conta a designação imediata à finalidade de cada doação, de uma coordenação que preste contas e mantenha o processo transparente para a população e demais interessados. **O Programa Pátria Voluntária, por exemplo, tem expertise nesse assunto e pode contribuir sobremaneira na arquitetura e na consolidação desse importante tema para o país e para a população.**

1.4 EQUILIBRIO SOCIOECONÔMICO REGIONAL

O enfrentamento nas desigualdades regionais e territoriais é um objetivo constante das nações ao redor do mundo. Diminuir desigualdade socioeconômica aproxima as pessoas não só sob o aspecto financeiro, mas social, permitindo maior igualdade de oportunidades.

Há, basicamente, duas maneiras para que essa desigualdade diminua: por meio do Estado e pela sociedade civil. A diretriz é que se busque a sinergia de ambos em programas e projetos que **impactem decisivamente a população menos favorecida de modo a elevar o seu poder de compra**, por exemplo.

Mesmo diante de uma pandemia, de uma crise hídrica e de um conflito entre a Federação da Rússia e a Ucrânia, que repercutiram negativamente na economia do país sob diversas formas, o primeiro mandato cumpriu o seu papel por meio de diversas políticas públicas que incluíram a redução e eliminação de impostos e da criação do **Auxílio Brasil**, juntamente com outras medidas que, sem dúvida reduziram essa desigualdade socioeconômica.

2

FUNDAMENTAÇÃO ESTRATÉGICA

Nosso Plano de Governo, chamado de **CAMINHO DA PROSPERIDADE – CONSTRUINDO UMA GRANDE NAÇÃO,** não se limita a ser um conjunto de promessas eleitoreiras vazias, feitas com a finalidade imediata de se chegar ao poder do Estado. Longe disso, elas são fundamentadas numa estratégia de mediano e longo prazo de desenvolvimento do Brasil, que se propõe como Visão a de elevar a renda e a qualidade de vida da população brasileira com redução das desigualdades sociais e regionais.

Essa Visão se encontra definida na Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031 (EFD 2020-2031) instituída pelo Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020. Trata-se de declaração de planejamento governamental que positiva uma visão de longo prazo para a atuação estável e coerente dos órgãos e das entidades

da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Igualmente, a EFD, como o direcionamento estratégico de longo prazo do Governo do Presidente Jair Bolsonaro, foi o fundamento estratégico da formulação do PPA 2020-2023.

Desta forma, a Visão se constitui no farol que define a direção do conjunto de políticas públicas e ações do Plano de Governo apresentadas neste documento. Essa visão define um objetivo comum que devemos perseguir como um propósito coletivo de toda a sociedade brasileira NO CAMINHO DA PROSPERIDADE E NA CONSTRUÇÃO DE UMA GRANDE NAÇÃO. Não obstante as fortes adversidades que tivemos que enfrentar e que continuaremos enfrentando com coragem e determinação sem renunciar à nossa Visão e aos valores conservadores, com a rota traçada pela EFD fundamentamos nossa gestão entre 2019 e 2022 alcançando avanços significativos na mudança do modelo de desenvolvimento do país, avanços que devemos consolidar e aprofundar durante a gestão de nosso próximo governo entre 2023 e 2026.

Em coerência com a EFD e de acordo com as novas exigências trazidas pelas aceleradas mudanças nos contextos global e nacional trazidas pela pandemia do coronavírus e a atual guerra na Ucrânia, o Plano de Governo 2023-2026 que se apresenta neste documento está organizado em 10 eixos estruturantes, com 3 vetores transversais: o informacional, a governança e os valores conservadores.

É fundamental que um governo trabalhe de maneira integrada, reconhecendo e valorizando a interdependencia entre todos os setores do poder público e a vida do cidadão. Para facilitar esse entendimento, organizamos aqui os 6 Eixos Estratégicos que buscarão articular e integrar o conjunto de políticas públicas e ações do Governo Federal durante o próximo mandato. Desta forma, cada eixo não pode ser entendido como um recorte independente dos demais, senão que, na forma que se apresenta no gráfico ao lado, devem ser tratados de forma integral e articulada nos processos de planejamento e gestão dos programas e ações que durante nosso próximo governo permitirão **AO BRASIL AVANÇAR NO CAMINHO DA PROSPERIDADE E NA CONSTRUÇÃO DE UMA GRANDE NAÇÃO.**

3 PLANO DE GOVERNO

De acordo com os valores e princípios da liberdade e da vida, e a fundamentação estratégica anteriormente exposta, na continuação se apresentam as diretrizes centrais que serviram de premissas para a formulação e gestão do Plano de Governo em cada um dos Eixos Estratégicos propostos.

3.1 ECONOMIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Nosso propósito central neste Eixo Estratégico será a avançar e consolidar o crescimento econômico sustentado no médio e longo prazo que permita a geração de empregos e a renda digna dos brasileiros, com foco no ganho de produtividade, na eficiência econômica e na recuperação do equilíbrio fiscal.

A geração de oportunidades de emprego e renda permite que as pessoas possam disfrutar de uma vida digna e ao mesmo tempo contribuam na geração de riqueza coletiva no país.

Emprego significa muito mais do que receber um pagamento ao final do mês. **Envolve dignidade, propósito e esperança para cada trabalhador.** E não pode ser negligenciado, ainda mais em tempos em que os empregos que surgem, advindos da revolução tecnológica que estamos passando, implicam em maior capacitação e qualificação. Assim, é fundamental conectar empregabilidade com educação, a fim de preparar as pessoas para os novos desafios e propiciar a elas a migração segura de empregos que estão se tornando obsoletos para os novos postos de trabalho.

O emprego é condição fundamental para a sustentabilidade da previdência e a dignidade do cidadão. A renda derivada o emprego permite que os trabalhadores e suas famílias possam tanto financiar as despesas necessárias para a subsistência como também aceder a serviços de saúde, educação, lazer e moradia, aspectos que são essenciais para alcançar maiores níveis de qualidade de vida. De igual forma, o trabalho possibilita que as pessoas ampliem suas oportunidades de participação ativa na vida econômica, social e cultural de suas comunidades, além de fortalecer a autoestima e valor próprio.

Por isso, **gerar emprego e renda é objetivo de qualquer governo democrático e que acredita na liberdade econômica. Para que isso aconteça, um dos fatores fundamentais é o estímulo ao empreendedorismo**. Há que se incentivar, por meio de políticas públicas, ações de financiamento e assistência técnica com objetivos muito bem delineados e de acordo com as necessidades da sociedade. Uma visão de médio e de longo prazo do Estado, com a definição das áreas estratégicas a serem perseguidas e a capacitação daqueles que desejem empreender com as mais modernas práticas e **intenso uso de tecnologia que aumente a capacidade produtiva**, diminuirá os gargalos logísticos e propiciará o retorno do investimento no mais curto prazo possível, possibilitando que os recursos sejam empregados em outras áreas importantes que precisem de financiamento.

POR ISSO, GERAR EMPREGO E RENDA É OBJETIVO DE QUALQUER GOVERNO DEMOCRÁTICO E QUE ACREDITA NA LIBERDADE ECONÔMICA. PARA QUE ISSO ACONTEÇA, UM DOS FATORES FUNDAMENTAIS É O ESTÍMULO AO EMPREENDEDORISMO.

Deve-se continuar executando e ampliando as ações que visem a combater o trabalho análogo ao escravo, o trabalho infantil, o trabalho informal e a exploração de vulneráveis, além de iniciativas de estímulo ao respeito dos direitos humanos para todos pelas empresas e de equilíbrio trabalho-família.

Além disso, a geração de emprego e renda **deve preservar aspectos básicos do trabalhador, como saúde do trabalho, seus direitos trabalhistas, respeito à dignidade humana e levar ao bem-estar social.** O país precisa criar condições de gerar emprego e renda de forma consistente para lidar com um cenário mundial cada vez mais dinâmico, tanto agora, quanto no futuro, flexível aos acontecimentos inesperados que a História comprova fazer parte da existência humana, como pandemias e guerras, e, principalmente, propiciar ao cidadão o atendimento às suas necessidades básicas para viver em coletividade e com dignidade. É, portanto, fundamental **retirar da população o peso do Estado de seus ombros e deixar cada cidadão, com o apoio necessário do governo, exercitar sua criatividade, sua capacidade gerencial, sua visão empresarial e sua liberdade para escolher como vai prover sua existência de maneira a ser feliz naquilo que faz, dentro da legalidade.**

A agenda de trabalho, emprego e renda foi uma prioridade para o Governo Bolsonaro, tanto em termos de geração de oportunidades quando na preservação dos empregos especialmente durante a pandemia da Covid-19 quando a política do “fecha tudo” gerou a maior crise econômica e social do país. Como exemplo, como efeito das políticas acertadas do Governo Bolsonaro, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal do IBGE, o número de ocupados teve um recorde chegando a 108,3 milhões em junho de 2022, significando um crescimento de 5,6% em comparação com janeiro de 2019 e de 19,0% quando se compara com agosto de 2020, mês do maior impacto da pandemia do coronavírus na economia brasileira. De outro lado, foram gerados 5,0 milhões de empregos com carteira assinada desde agosto de 2020, fazendo com que o total de empregos formais esteja próximo de 42 milhões de empregos em junho de 2022, um recorde desde o início da série do CAGED, em 1992. Esses sobressalentes resultados na geração de emprego fizeram com que a **taxa de desemprego** tenha sido **reduzida de 14,9% em setembro de 2020, para 9,3% em junho de 2022, uma queda histórica de 37,5%.** Assim, essa agenda é prioridade neste Plano de Governo.

Vale mencionar também as melhorias na prestação de serviços diretamente ao cidadão, em especial a Carteira de Trabalho 100% Digital. Já são mais de 900 milhões de acessos a carteira e 65 milhões de brasileiros já baixaram a Carteira Digital. Já o Seguro-Desemprego Digital permite que os trabalhadores solicitem o seguro pela própria Carteira, de maneira remota e 100% digital. Ao invés de filas para solicitar uma carteira de trabalho física, agora toda a vida profissional dos trabalhadores está ao alcance dos dedos, por meio de aplicativos de celular.

Por fim, o **BEm** – Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda foi o maior programa de preservação de empregos da história do Brasil. Foram **mais de 11 milhões de empregos preservados durante a pandemia**. Mais de 1,5 milhão de empresas utilizaram o programa, sendo cerca de 70% micro e pequenas empresas. O maior programa de preservação de empregos da história do país foi centenas de vezes maior e mais abrangente que o de governos anteriores, evitou demissões em massa na pandemia, preservando empresas, empregos e a renda dos brasileiros. Além de preservar empregos naquele momento tão difícil da pandemia, **esse programa criou condições para uma rápida retomada do crescimento econômico e desenvolvimento**, pela manutenção do capital humano e das capacidades produtivas e de prestação de serviço, o que já começamos a vivenciar.

Dessa forma, em um próximo governo, o emprego continuará a ser abordado de maneira independente dos interesses e preconceitos ideológicos. A nova legislação trabalhista aprovada será mantida com segurança jurídica, ajudando a combater abusos empresariais e de sindicatos que também não podem ter a capacidade de agir como monopólios.

De acordo com o anteriormente exposto, nosso Plano de Governo 2023-2026 se fundamentou nas seguintes premissas que permitirão avançar e consolidar a geração de emprego e renda sustentada no crescimento econômico no médio e longo prazo, com foco no ganho de produtividade, na eficiência econômica e na recuperação do equilíbrio fiscal.

a) Avançar e Consolidar as Políticas de Geração de Emprego e Renda

I. O governo continuará defendendo que os trabalhadores devem ser livres para realizar trocas entre si, livres de coerção. Os trabalhadores devem ter seu direito de greve e sindicalização garantidos, pois as pessoas devem ser livres para se associarem como quiserem. Contudo, essa liberdade não deve ser apoiada por legislações e normas que incentivem práticas monopolistas, tanto do lado empresarial, quanto do lado dos sindicatos e associações de classe. Exemplo de política: Programa Descomplica Trabalhista. **Um mercado livre de trabalho, seguro e flexível, para que o emprego no país alcance níveis internacionalmente competitivos, gerando renda e prosperidade aos brasileiros.**

II. Na esfera trabalhista, contribuíram para o cumprimento dos objetivos das políticas públicas de geração de emprego e renda, as ações de **melhoria do ambiente de negócios**, redução de burocracias e modernização trabalhista. Por exemplo, as simplificações no e-social geraram uma redução de 40% no tempo de processamento da folha de pagamento das empresas; 100% da legislação infralegal trabalhista foi simplificada, modernizada e consolidada, transformando mais de 2.000 atos dispersos em apenas 15 atos normativos; todas as principais Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança no trabalho também foram simplificadas, incluindo construção civil, atividades portuárias e aquaviárias, plataformas de petróleo, embargo e interdição. O benefício destas revisões supera os 220 bilhões de reais, segundo as estimativas do Governo Federal. São recursos que permanecem nas empresas para que se tornem investimentos produtivos e mais empregos.

III. Além da continuidade da geração de oportunidades para os brasileiros, no segundo mandato, o Governo Bolsonaro se concentrará em políticas para formalização dos trabalhadores informais e na redução da taxa de informalidade, ainda na casa de 40% da força de trabalho. Isto deve ser buscado por meio de contratos de trabalho específicos para esta população e que permitam a oferta de trabalho formal em estados onde a informalidade ainda é dominante. Em estados do Nordeste e do Norte, por exemplo, a informalidade chega próximo de 70%.

A estratégia de inclusão e combate à informalidade deverá contemplar alternativas contratuais inteligentes e que reconheçam a realidade desses trabalhadores nas regiões em que vivem, incluindo dos trabalhadores por aplicativos e trabalhadores rurais, dentre outros.

IV. Também é indispensável **avançar na agenda de empregabilidade de jovens e mulheres**, dois públicos que ainda sofrem com taxas de desemprego mais altas que a média da população. Somado a isto, o Governo tem investido na **agenda de empreendedorismo e microcrédito para os mais vulneráveis.**
O Programa SIM Digital já emprestou mais de 2 bilhões de reais para 2,8 milhões de microempresários (63% deles são mulheres). Isso tudo em apenas 4 meses de existência do programa, que agora pode ser alavancado para beneficiar um público ainda maior após a reeleição.

V. O programa de transferência de renda do Governo Federal, o Auxílio Brasil, que atinge mais de 18,1 milhões de famílias, traz como inovação e novidade o estímulo à formalização para o mercado de trabalho. Aquelas famílias, em que o responsável familiar for registrado no mercado formal, não perderão o direito ao benefício do programa de transferência de renda, além de receberem um bônus de 200 reais. **Um dos compromissos prioritários do governo reeleito será a manutenção do valor de 600 reais para o Auxílio Brasil a partir de janeiro de 2023.**

VI. Fortalecer a educação profissional e tecnológica e a Educação Superior, de forma a aproximá-las das necessidades sociais, regionais e do mercado de trabalho, estimulando ainda empreendedorismo inovador.

VII. O governo continuará avançando e fortalecendo os programas de qualificação profissional de acordo com as vocações regionais e locais, focalizando especialmente as regiões e cidades e municípios com maior necessidades dos trabalhadores desempregados e das famílias em situação de vulnerabilidade social. Igualmente, serão fortalecidas as estratégias e programas voltados à atração de jovens em situação de risco social e educacional para processos de educação formal e de qualificação para o trabalho.

VIII. O governo, no seu segundo mandato, continuará estimulando as políticas de inclusão produtiva e de qualificação dos trabalhadores mais afetados pela mudança tecnológica, em especial da população idosa, com foco no desenvolvimento de aptidões e adaptação aos novos padrões produtivos.

IX. Importante acrescentar a implementação das políticas públicas voltadas para a inserção do jovem e da mulher no mercado de trabalho de forma justa e assertiva, a igualdade de salários entre homens e mulheres que desempenham a mesma ocupação laboral e a possibilidade de equilibrar, até mesmo por meio do trabalho híbrido ou home office, a difícil tarefa de cuidar dos filhos e prover sustento, devem ser objeto de política pública robusta, tempestiva e calcada na realidade e necessidades.

X. Por fim, o **Sistema Nacional de Emprego precisa ser modernizado** para se tornar um parceiro do trabalhador no momento mais delicado, ou seja, quando ele fica desempregado. Já está em fase de desenvolvimento um sistema completamente novo, que permitirá ao trabalhador receber imediatamente ofertas de emprego de maneira digital, com georreferenciamento, reduzindo o tempo de deslocamento e até mesmo com estratégia de qualificação de trabalhador para que ele possa não apenas conseguir um novo emprego rápido, mas que ele possa progredir na sua profissão.

b) Promover o Crescimento Sustentado do PIB no Médio e Longo Prazo

I. O governo continuará com os esforços de garantir a estabilidade econômica e a sustentabilidade da trajetória da dívida pública através da consolidação do ajuste fiscal no médio e longo prazo que reduza a relação entre a dívida pública e o PIB, permitindo a recuperação e manutenção da estabilidade econômica e o crescimento sustentado do PIB. Na obtenção deste propósito também é fundamental consolidar o aperfeiçoamento do planejamento e gestão das contas públicas, fundamentado na avaliação, no monitoramento e na qualidade do gasto e no estabelecimento de metas e prioridades relacionadas com os grandes problemas nacionais. Também se focalizará no aprimoramento do sistema de planejamento e orçamento público, com o objetivo de reduzir a rigidez do orçamento, aumentar a previsibilidade da execução e a transparência dos gastos públicos. As anteriores ações contribuirão a consolidar o controle da inflação, que tem sido fortemente impactada pela pandemia do coronavírus e a guerra na Ucrânia, que em conjunto têm gerado um forte desequilíbrio nas cadeias de fornecimento global e o aumento dos preços internacionais do petróleo, entre outros fatores. Vale mencionar que o governo continuará rigorosamente respeitando o regime de metas da inflação e independência do Banco Central.

II. No âmbito da consolidação e avanço das reformas estruturais, no seu segundo mandato, o Governo Bolsonaro priorizará a modernização dos processos de governança da condução da política econômica, alinhando o país às melhores práticas internacionais. Na consecução desse propósito é essencial a entrada do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e na The European Free Trade Area (EFTA), dentre outros. A inserção do Brasil nesses organismos internacionais significa não apenas a celebração de novas parcerias comerciais que promovam o desenvolvimento econômico, mas também a incorporação e a melhoria nacional de boas práticas consagradas para o setor público e para o processo produtivo, permitindo tanto a sua difusão em fóruns internacionais e protegendo as relações comerciais bilaterais e multilaterais de ataques externos, quanto à garantia de direitos individuais, à preservação do meio ambiente, à sustentabilidade, à não existência de dumping, trabalho análogo ao escravo e corrupção, dentre outros.

Nessa direção, entre outras ações, o governo continuará e fortalecerá o aprimoramento do sistema previdenciário, com o objetivo de garantir a sustentabilidade financeira e a justiça social; além do sistema tributário brasileiro, com a meta de simplificar a arrecadação, aumentar a progressividade e torná-lo concorrencialmente neutro; e prosseguir com o reordenamento do papel estatal na economia, por meio de desestatizações e desinvestimentos de empresas estatais, para focalizar a participação do Estado em atividades essenciais e na promoção do desenvolvimento econômico, social e sustentável do Brasil.

III. A promoção do crescimento sustentado do PIB no médio e longo prazo também exige do aprimoramento, o fortalecimento e a ampliação dos mecanismos de financiamento que deve ser alcançado mediante ações como o reforço dos mecanismos e diversificar as fontes de financiamento do investimento de longo prazo, propiciando a redução dos custos das transações financeiras; o estimular a democratização do crédito por meio do aumento da concorrência e da competitividade do Sistema Financeiro Nacional, do incentivo a novos entrantes, da racionalização de obrigações regulatórias e das boas práticas de governança; a ampliação dos produtos financeiros de apoio às startups, com maior prioridade de recursos para capital semente, incluídos os não reembolsáveis, e com incremento para fundos de venture capital em inovação e infraestrutura; o fortalecimento dos instrumentos financeiros de apoio às micro, pequenas e médias empresas – MPME para inovação e sua inserção na economia digital; e o direcionamento e priorização da atuação dos bancos de desenvolvimento para projetos e atividades não atendidos de forma adequada pelo mercado, para a transformação da estrutura produtiva e no financiamento dos processos de aumento da produtividade, da competitividade e da sustentabilidade, sobretudo em áreas portadoras de inovação.

IV. O crescimento econômico sustentado no médio e longo prazo passa também pelo aproveitamento das potencialidades regionais e locais. Para tanto, o Governo do Presidente Bolsonaro, no seu segundo mandato, se compromete, entre outras ações, a continuar e avançar na melhoria da infraestrutura nas regiões menos desenvolvidas, de modo a ampliar as oportunidades de investimentos produtivos, permitindo a geração de emprego e renda e o equilíbrio regional do país; incentivar os investimentos e a implementação de projetos estruturantes em cada estado e no Distrito Federal, de forma a compatibilizar o crescimento do PIB com a redução das desigualdades regionais e intrarregionais; focalizar na inovação tecnológica para aumento do valor adicionado das cadeias produtivas locais estratégicas, com a finalidade de exploração de maneira sustentável das potencialidades econômicas de cada região.

V. O Governo do Presidente Bolsonaro, no seu segundo mandato, continuará proporcionando o desenvolvimento do potencial do turismo no Brasil por meio de ações como a valorização do patrimônio cultural e natural para visitação, do aproveitamento de destinos turísticos inteligentes e da expansão segmentada dos produtos turísticos brasileiros; o incentivo, no âmbito nacional e internacional, dos destinos e os produtos turísticos do país, de forma a fomentar o fluxo turístico interno; e o aprimoramento da efetividade dos mecanismos de financiamento voltados ao desenvolvimento regional. Vale destacar que a **atração de investimentos constitui outra prioridade que já vem sendo atendida e que será intensificada no próximo mandato**, inclusive pela decisão da Organização Mundial do Turismo (OMT) em instalar no Brasil o primeiro escritório regional das Américas. Segundo o IBGE, as atividades turísticas contabilizam alta de mais de 50% nos cinco primeiros meses de 2022 em relação a igual período de 2021. Já a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) indica que o turismo brasileiro chegou, em maio, ao mesmo volume de receitas de fevereiro de 2020 (pré-pandemia). Estes números sinalizam o potencial e força da retomada das atividades turísticas, que devem crescer ainda mais, amparadas pelas medidas de apoio do Governo Federal, que serão consolidadas e ampliadas no próximo mandato, assim como o atendimento às crescentes demandas nacional e internacional de atividades de **turismo ambiental responsável e de etnoturismo**, ambos de forma sustentável, promovendo crescimento socioeconômico regional, as culturas locais e gerando bem-estar e lazer ao cidadão brasileiro.

c) Promover e Fortalecer a Capacidade de Agregação de Valor da Agropecuária e da Mineração

Os setores agropecuário e de mineração se mostram importantes na performance econômica brasileira. O primeiro, já se encontra em um estágio de amadurecimento reconhecido internacionalmente e se tornou fonte de exportação de alimentos para inúmeros países, garantindo a segurança alimentar de bilhões de pessoas, direta ou indiretamente, interna e externamente. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estima uma safra recorde de cereais para 2022, considerando leguminosas e oleaginosas para este ano: 261,5 milhões de toneladas[8]. Caso a previsão se confirme, o Brasil encerrará o ano com uma expansão de 3,3% na safra, em relação ao ano anterior.

Mas há muito a se caminhar em um mundo onde a população aumenta e, consequentemente, as necessidades de alimentos também. Destaca-se que a **evolução tecnológica tem permitido que se aumente a produtividade sem a necessidade de aumento das áreas produtivas**, e continuem crescendo as safras sem causar desmatamento, sem danos ao meio ambiente e contribuindo para a sua preservação.

A mineração é indispensável ao desenvolvimento socioeconômico do Brasil, sendo um dos setores básicos da economia nacional, com destaque para a extração de minério de ferro, manganês, nióbio, alumínio e grafeno. O país produz cerca de 70 substâncias minerais (metálicas, não metálicas e energéticas). Segundo publicação da ONU, o setor é responsável por cerca de 200 mil empregos diretos no país, e 800 mil indiretos, respondendo por 4% do Produto Interno Bruto (PIB). No próximo governo, **a atividade deve ser estimulada para que se atinja o desejado desenvolvimento socioeconômico e a proteção do patrimônio ambiental, binômio que representa o desenvolvimento sustentável**.

NESTA DIREÇÃO, O GOVERNO BOLSONARO, NO SEU SEGUNDO MANDATO, INTENSIFICARÁ AS AÇÕES DE PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE E TRANSFORMAÇÃO DO AGRONEGÓCIO

É preciso que o Brasil alcance um outro patamar nesses setores, agregando ainda mais valor à sua produção do setor agropecuário e de minérios. Após a reeleição, devem ser estimuladas empresas modernas de beneficiamento, incluindo cooperativas, pequenos e grandes produtores. A bioeconomia deve ser abordada no Plano de Governo, **de forma a oferecer soluções sustentáveis dos mais variados sistemas de produção, com especial atenção à agropecuária a fim de substituir ao máximo recursos fósseis e não-renováveis**.

Nesta direção, o Governo Bolsonaro, no seu segundo mandato, intensificará as ações de promoção da competitividade e transformação do agronegócio, por meio do desenvolvimento e da incorporação de novas tecnologias biológicas, digitais e portadoras de inovação, permitindo o crescimento vertical da agropecuária, com sustentabilidade econômica, social e ambiental. Igualmente, em consonância com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, o governo fortalecerá a promoção de sistemas sustentáveis de produção de alimentos e a implantação de práticas agrícolas que aumentem a produtividade e a produção, mantendo os ecossistemas e a capacidade de adaptação às mudanças do clima, melhorando progressivamente as oportunidades de geração de emprego e renda dos produtores rurais, especialmente dos pequenos e médios produtores e dos agricultores familiares. Também terão especial atenção os Programas de Defesa Agropecuária, dos quais dependem tanto a saúde humana, a contínua expansão da produção agropecuária brasileira e o acesso competitivo aos mercados externos.

Trata-se de agregar valor naquilo que é exportado, muitas vezes na forma de simples comodities, em produtos de qualidade, acabados ou semiacabados, que aumentem as divisas nacionais, respeitem o meio ambiente e possibilitem uma melhoria constante no saldo de nossa balança comercial. Deve-se aumentar a produção nacional de **fertilizantes**. A **siderurgia,** a **metalurgia** e as **indústrias de base** também devem receber especial atenção para agregar valor, crescimento socioeconômico, geração de emprego e renda, e aumento do bem-estar da população.

d) Fortalecer as Ações de Promoção da Produtividade da Economia Brasileira

I. O Governo Bolsonaro, no seu segundo mandato, continuará com os esforços na promoção da ciência, da tecnologia e da inovação através do aprimoramento e ampliação dos mecanismos que estimulem a inovação tecnológica nas empresas, de modo a aumentar a aplicação de recursos privados em ciência, tecnologia e inovação - CT&I e incentivar a agregação de valor.

II. No processo de promoção da produtividade e inovação da economia brasileira é fundamental que o sistema de propriedade industrial do país seja fortalecido e dinamizado com a finalidade de fomentar ativos tangíveis e intangíveis, tais como patentes, marcas, cultivares, desenhos industriais e software, entre outros, com vista à proteção da propriedade intelectual e à defesa da concorrência.

8 Fonte: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-05/ibge-estima-safra-recorde-de-2615-milhoes-de-toneladas-em-2022

III. Igualmente, é urgente a construção de um sistema de CT&I mais aberto e internacionalizado, incentivando a formação e a operação de ecossistemas de inovação e sistemas produtivos e inovativos locais e regionais de produção, a partir da identificação das potencialidades regionais. Na obtenção deste objetivo, o Governo Bolsonaro, no seu segundo mandato, fortalecerá a projeção do país como parceiro confiável em grandes projetos internacionais de pesquisa científica e tecnológica, e de promoção da inovação que permita incentivar o desenvolvimento da indústria 4.0, de forma a competir no cenário nacional e internacional, com o desenvolvimento de produtos de alto valor agregado e o fornecimento de serviços de alta qualidade.

e) Fortalecer e Ampliar a Digitalização como Instrumento de Competitividade e Melhoria no Acesso a Serviços Essenciais

O Brasil está entre as nações mais digitalizadas do mundo[9]. **O Banco Mundial avaliou o Brasil como o sétimo país com a mais alta maturidade em governo digital no mundo**, segundo o índice GovTech Maturity Index 2020, em um universo de 198 países[10]. De acordo com o ranking, o Brasil ficou à frente de todas as demais nações das Américas, incluindo Estados Unidos e Canadá. Dentre aspectos que foram alvo de inovação com uso de tecnologia, citam-se o **"Meu INSS",** seguro-desemprego do empregado doméstico, carteiras digitais de trabalho e carteiras digitais de vacinação contra a Covid-19.

A plataforma Gov.br é um exemplo de sucesso na digitalização. Possui atualmente 4,9 mil serviços do Governo Federal, sendo 75% deles totalmente digitalizados[11]. **Ela possibilita eficiência e racionalidade, trazendo economia e simplificando a vida do cidadão que não precisa gastar em transporte para realizar uma série de ações que outrora obrigava o comparecimento a uma agência, cartório ou local muitas vezes afastados de sua residência**. Reduz a burocracia, auxilia na diminuição de custos, de emissão de poluentes e evita expor uma parcela significativa da população a eventuais atos de violência, dentre muitos outros benefícios. Como exemplo de uma importante simplificação para o cidadão, pelo telefone celular, a pessoa idosa pode efetuar a sua prova de vida, sem necessidade de se deslocar até a instituição verificadora.

O **sistema PIX**, lançado em 2020, é uma prova cabal e irrefutável dessa afirmação. É um meio de pagamento eletrônico instantâneo e, o mais importante, **gratuito, oferecido pelo Banco Central do Brasil, que impacta positivamente a população, notadamente as mais vulneráveis, que são isentos de pagar taxas bancárias**, superando o uso de cartão de crédito e de débito[12], o que fez que atingisse mais de **73 milhões de transações em um único dia**[13], e ainda há espaço para continuar crescendo e ampliando a **inclusão financeira dos cidadãos.** Uma pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra que 69% das indústrias brasileiras fazem uso de tecnologias digitais em seus processos. No ano de 2016, esse percentual era de 48%. Esse processo, acelerado no Governo Bolsonaro, acarretou o impressionante número de 18 tipos de tecnologia utilizadas na cadeia de produção industrial, enquanto em 2016 não ultrapassava 10[14].

Além disso, o presidente Jair Bolsonaro sancionou a Lei nº 14.382/2022, que efetiva o **Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (SERP)** para modernizar e unificar sistemas de cartórios em todo o país e **permitir ao cidadão registros e consultas ao cartório pela Internet**, sem necessidade de gastos de tempo e com meios de transporte. Esse contexto é fundamental sob vários aspectos e deve ser incrementado no Plano de Governo.

Nesta direção, no Plano de Governo 2023-2026, **serão contempladas ações de promoção de novas tecnologias de digitalização e inovação que melhorem tanto a competitividade nacional como a qualidade de vida dos cidadãos, principalmente aqueles mais vulneráveis.** Essas tecnologias deverão permitir, aos que mais precisam, rapidez na obtenção de seus direitos junto ao governo, economia de transporte e alimentação, na medida que tais serviços possam ser acessados por meio de smartphones, tablets e computadores, evitando o deslocamento das pessoas, bem como mitigando o impacto para o empresário por falta de um funcionário capacitado para resolver problemas que passam a ser resolvidos digitalmente, o que será potencializado ainda pela tecnologia 5G e reduzirá a emissão de carbono.

f) Ampliar e Consolidar a Conectividade Mediante a Implantação das Telecomunicações com Tecnologia 5G

A rápida decisão e adoção, pelo governo de Jair Bolsonaro, no emprego da tecnologia 5G, conhecida como internet de 5ª geração, mostrou-se acertada e coerente com a necessidade de oferecer internet de boa qualidade à população, **beneficiando, inclusive, as regiões mais remotas**, como a Amazônia, por exemplo. Pouco mais de 12 países já utilizam essa tecnologia de forma extensiva[15]. Além disso, ao adotar o 5G, o país abre um novo caminho: **o de se transformar em um hub de tecnologias que poderão ser utilizadas por outros países, agregando valor à economia nacional e trazendo divisas**[16]. Isso tem impacto e benefício na população, que é o foco do Governo Bolsonaro.

O processo de transformação digital, que já está beneficiando e com sua ampliação beneficiará ainda mais não somente o cidadão, mas a educação e a telessaúde (atingindo a todos os rincões do território nacional e levando dignidade e desenvolvimento a todos os brasileiros), as indústrias e a agropecuária, permitindo maior competitividade, inclusive internacional, deve ser um alvo do governo de Jair Bolsonaro a partir de 2023. **Tecnologia salva vidas, amplia a educação, encurta distâncias, impulsiona a agropecuária e a indústria e garante novos empregos, sendo fundamental para o crescimento do país e bem-estar da população.**

9 Fonte: https://veja.abril.com.br/tecnologia/brasil-esta-entre-as-nacoes-mais-digitalizadas-do-mundo-mostra-pesquisa/
10 Fonte: https://istoe.com.br/banco-mundial-diz-que-brasil-e-o-setimo-lider-em-governo-digital/
11 Fonte: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-05/governo-digitaliza-gestao-e-controle-de-cessao-de-imoveis-da-uniao
12 Fonte: https://www.poupardinheiro.com.br/uso-do-pix-em-compras-online-bate-recorde-no-mes-de-abril
13 Fonte: https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2022-05/pix-bate-recorde-com-73-milhoes-de-transacoes-em-um-unico-dia
14 Fonte: https://portalantenados.com.br/noticia/53486/industria-brasileira-esta-mais-digital-do-que-ha-cinco-anos-mostra-pesquisa
15 Fonte: https://canaltech.com.br/casa-conectada/5g-no-mundo-12-paises-que-ja-operam-nas-redes-de-quinta-geracao-202292/
16 Fonte: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-05/implantacao-do-5g-pode-fazer-do-pais-um-hub-tecnologico-diz-ministro

O Programa Wi-Fi Brasil[17] é um bom exemplo a ser ampliado. Visa conectar todos os brasileiros, oferecendo conexão gratuita à internet em banda larga por via terrestre e satélite a telecentros, escolas, unidades de saúde, aldeias indígenas, postos de fronteira e quilombos, com o objetivo de promover a inclusão digital em todo o território brasileiro. É direcionado, prioritariamente, para comunidades em estado de vulnerabilidade social. **Foram instalados, no atual governo, 18.453 pontos em 507 municípios,** atingindo mais de 11 milhões de pessoas e visando interligar todas as escolas públicas, rurais e urbanas até o fim de 2022. Paulatinamente, será substituído pela cobertura 5G, de maior velocidade e confiabilidade.

No próximo mandato, deve-se continuar a criar condições de forma a levar a conectividade 5G a todos os 5.570 municípios brasileiros, propiciando benefícios para a saúde, a educação, a segurança pública, a indústria, a agropecuária e o cidadão de uma maneira geral.

3.2 SAÚDE, EDUCAÇÃO E SOCIAL

No Eixo Saúde, Educação e Social, o Plano de Governo 2023-2026 do presidente Jair Bolsonaro tem como objetivo central promover o bem-estar, a família, a cidadania e a inclusão social, com foco na igualdade de oportunidades e no acesso a serviços públicos de qualidade, por meio da geração de renda e da redução das desigualdades sociais e regionais.

Nosso Plano de Governo se fundamenta no princípio de que as pessoas e as famílias são a verdadeira riqueza do Brasil. Neste sentido, o modelo de desenvolvimento que promoveremos durante o próximo período de Governo terá como propósito central a geração de oportunidades no acesso aos serviços sociais básicos que possibilitam que as pessoas e suas famílias possam desfrutar um nível de vida digna e de um entorno social mais justo, inclusivo e solidário.

O Governo Bolsonaro entende a **família como célula ou base da sociedade**, defendendo o seu direito e o **fortalecimento dos vínculos familiares e intergeracionais**, e compreende o papel da mulher na sociedade moderna, afinal cabe a elas chefiar cerca de 50% das famílias no Brasil. Na família, crianças, adolescentes, as **pessoas idosas e pessoas com deficiência,** além das mulheres, devem receber uma atenção especial. Não existe organização social que crie maiores vínculos que a família, sendo o melhor espaço da construção do que significa o ser humano. Assim, o ponto de partida e de chegada das políticas públicas e ações sociais do nosso Plano de Governo é a família.

A família e o cidadão são a razão de ser do Estado. **Todos os esforços, sejam econômicos, humanos ou organizacionais** que o país emprega em sua máquina governamental, **devem ter o foco nas famílias e nos cidadãos**. O Plano de Governo deve, portanto, ter como base esse pensamento. Mais do que isso, deve-se pensar prevendo apoio às gerações atuais e às futuras. Isso deve constar do plano por meio de políticas públicas que percebam o presente, mas olhem para o futuro. Para isso, é preciso intenso trabalho de planejamento por parte dos órgãos do Governo Federal, sejam eles setoriais ou não.

17 Fonte: https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-conexao-de-internet-programa-wi-fi-brasil

O desafio dos próximos anos com o governo reeleito será enfrentar as radicais mudanças que a tecnologia propicia a cada momento, colocando o cidadão no centro das decisões, respeitando as peculiaridades regionais e culturais, gerando igualdade de oportunidades a todos e melhoria dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). Assim, implementar políticas públicas mais efetivas, melhorando a focalização e proporcionando maior conhecimento das necessidades dos cidadãos em situação de vulnerabilidade, garantindo a manutenção, a ampliação e o aprimoramento de um **sistema de proteção social efetivo e sustentável**, com impactos que vão além das questões econômicas e fiscais. Garantir ao cidadão o cuidado ante os chamados riscos sociais e o combate à pobreza, são importantes fatores no processo de proteção social e instrumentos de Estado para a realização de seus objetivos.

Nesta direção, a promoção de oportunidades de acesso aos serviços sociais básicos constitui uma poderosa ferramenta nos propósitos de avançar no desenvolvimento humano, na diminuição das desigualdades sociais e no enfrentamento dos problemas derivados da pobreza e da exclusão social. Por exemplo, os serviços de saúde de qualidade reduzem a mortalidade materna e infantil e aumentam a expectativa de vida e as possibilidades de disfrutar de uma vida saudável, assim como melhoram as possibilidades de geração de renda. O ensino de qualidade permite o desenvolvimento de competências crucias, que são necessárias para uma cidadania ativa e consecução de empregos mais bem remunerados. Os serviços de assistência, inclusão social e segurança alimentar são essenciais para atender e proteger as pessoas e famílias mais vulneráveis, e permitir que disfrutem de uma vida digna e mais saudável. A promoção da cultura, do esporte e do lazer contribuem com o bem-estar, a coesão social e geração de oportunidades de emprego e renda. Finalmente, a segurança cidadã permite que as famílias e as pessoas sejam protegidas de ameaças à sua integridade física e material, podendo desenvolver suas inciativas e atividades livres do medo e da desconfiança.

As políticas sociais requerem constante aperfeiçoamento para que gerem resultados efetivos para a população. Nesse sentido, foi instituído o **Programa Auxílio Brasil,** com o objetivo de reduzir a pobreza e contribuir para o crescimento econômico sustentável. O Programa se baseia na integração de diversas políticas públicas de assistência social, saúde, educação e emprego, tendo como fio condutor a transferência de renda para famílias em situação de vulnerabilidade. A implementação do programa representa uma importante evolução, visto que, além de apresentar uma ampliação do escopo, possui como pilar o estímulo à emancipação socioeconômica dos cidadãos e suas famílias, de forma estruturante, incentivando-os para que atinjam uma situação de autonomia. Nesse sentido, há uma especial atenção ao desenvolvimento de **crianças e adolescentes** para a prática de atividades esportivas, educacionais e de iniciação científica. Além disso, fomenta-se a inclusão produtiva das famílias beneficiárias, por meio do estímulo para alcançarem emancipação socioeconômica, autonomia, cidadania plena. **O objetivo é colocar as famílias em uma rota produtiva, estimulando a formalização e o empreendedorismo, com vistas à empregabilidade e à emancipação cidadã.**

Cabe agora, em novo mandato, que o Plano de Governo execute duas tarefas importantes neste sentido: **acelerar o processo de combate à desigualdade e criar novas ações, incluindo tecnologia e educação, considerando as características regionais.** Um caso de sucesso foi o programa-piloto **Abrace o Marajó**[18], no arquipélago de mesmo nome, atuando em quatro eixos: desenvolvimento social; infraestrutura; desenvolvimento produtivo; e desenvolvimento institucional. Nos seus quase 2 anos de execução, produziu resultados tão expressivos em porção excluída do território nacional que tem chamado a atenção de outras regiões brasileiras. Criaremos o **Programa Abrace o Brasil,** apropriado à retomada plena da Política Regional Brasileira. Esse Programa reunirá os diversos "abraços" regionais, a partir de critérios emanados da Política de Governo, **promovendo o desenvolvimento socioeconômico regional e combatendo a violação de direitos.**

a) Avançar e Consolidar a Melhoria no Acesso aos Serviços de Saúde com Qualidade

A problemática da saúde é extremamente complexa e, com inúmeras variáveis intervenientes, é recorrente às campanhas políticas em todas as partes do mundo e em todas as épocas. No Brasil não é diferente e cresce de importância quando se leva em conta a imensidão territorial e os aspectos socioeconômicos diversos que caracterizam nossa nação. **Sem saúde não há como uma população prosperar.**

A pandemia é uma prova trágica dessa afirmação para o mundo todo. O Brasil conta com o Sistema Único de Saúde (SUS), **que é coordenado e dirigido pelo Ministério da Saúde (MS)**. O SUS é, sem dúvida, um grande avanço e conquista do cidadão brasileiro. Nosso sistema de saúde obteve marcas invejáveis antes e durante a pandemia. No início da pandemia havia **55** Centros de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (CIEVS), que tiveram sua **estrutura ampliada em 198% no território nacional, para 164 centros em 2022**. Desde o início da campanha de vacinação contra a Covid-19, orientada pelo Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 – PNO, **o Governo Federal já distribuiu, até meados de julho de 2022, cerca de 519 milhões de doses**[19] **aos estados e Distrito Federal (DF), chegando aos municípios, que aplicaram 457 milhões de doses**[20]**, tudo por intermédio do Sistema Tripartite de Saúde.**

18 Fonte: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/abrace-o-marajo/abrace-o-marajo
19 Fonte: https://infoms.saude.gov.br/extensions/DEMAS_C19VAC_Distr/DEMAS_C19VAC_Distr.html
20 Fonte: https://infoms.saude.gov.br/extensions/DEMAS_C19_Vacina_v2/DEMAS_C19_Vacina_v2.html

Fruto do esforço despendido pelo Governo Federal desde março de 2020, com o êxito obtido na encomenda tecnológica iniciada em junho de 2020, possibilitando a transferência de tecnologia e a **produção inteiramente nacional de vacinas contra a Covid-19 pela Fundação Oswaldo Cruz, em meados de julho de 2022**, além da diversificação com a aquisição de quatro diferentes vacinas, tinha-se a impressionante marca de cerca de **90% da população vacinável (a partir de cinco anos) com a 1ª dose,** e cerca de 84% completamente vacinados no Brasil[21]. **São mais de 170 milhões de brasileiros vacinados**. Como comparação, estima-se que 65,9% da população mundial recebeu pelo menos uma dose de uma das vacinas contra a Covid-19[22]. Não faltaram agulhas e seringas. Um estudo publicado pela revista Lancet em junho de 2022[23], concluiu que a **vacinação contra Covid-19 evitou cerca de 1 milhão de mortes no Brasil até o final de 2021. Enfim, o Governo Bolsonaro disponibilizou vacinas para todos os cidadãos que desejassem ser imunizados contra a Covid-19.**

Desde o início da pandemia, um total de cerca de **17.900 respiradores pulmonares foram distribuídos**[24] para os estados e DF. Foram disponibilizados **mais de 19.500 leitos UTI** para Covid-19[25] e distribuídos pelo país **363,7 milhões de equipamentos de proteção individual**[26] (máscaras, luvas, sapatilhas e toucas, aventais, álcool em gel, óculos e protetor facial). **Os estados da Federação receberam do MS cerca de 15,7 bilhões de reais em recursos financeiros** para gerenciarem no enfrentamento à Covid-19 e suas consequências. Também foram repassados **41,1 bilhões de reais para os municípios** aplicarem[27].

Por meio da Secretaria Especial de **Saúde Indígena** (SESAI), o MS lançou, em maio de 2020, a estratégia denominada Unidade de Atenção Primária Indígena (UAPI), com o objetivo de fortalecer os serviços de atenção primária à saúde indígena para Covid-19, pelos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), respeitando suas especificidades culturais. Tudo em consonância com os princípios e diretrizes da atenção primária no SUS e com os protocolos específicos para o acolhimento dos casos suspeitos de Síndrome Gripal (SG) e identificação precoce de casos de Covid-19. **Foram implantadas 353 Unidades de Atenção Primária Indígena (UAPI) pelos DSEI.** A gestão melhorou a eficiência e continuará a garantir e ampliará a oferta de serviços de saúde pelos DSEI às comunidades indígenas, no governo reeleito.

É preciso que a **Atenção Primária** continue sendo um foco importante do Plano de Governo de 2023-2026, sem que se deixe de lado outros programas e iniciativas. Como exemplo, é importante que nutrólogos e nutricionistas sejam ouvidos a fim de contribuir na segurança alimentar da população, propondo alimentos adequados e compatíveis com a cultura de cada região, diminuindo a pressão sobre o sistema de saúde brasileiro na medida que a boa alimentação inibe o aparecimento de doenças.

Aspectos como Estratégia da Saúde da Família, Rede de Atenção Materna e Infantil (RAMI), Programa Médicos pelo Brasil, os Centros de Atenção Psicossocial (Caps), o Programa de Saúde Bucal, o **Conecte SUS** (aplicativo com várias funcionalidades, como a carteira de vacinação digital, que já atinge **40 milhões de usuários**), o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD), entre outros já fortalecidos na gestão 2019-2022. Somente **em 2022, foram investidos 2,2 bilhões de reais para a contratação e pagamento de agentes comunitários de saúde, e haverá um acréscimo de cerca de 250% para o ano de 2023, totalizando 7,6 bilhões de reais.**

É importante destacar a necessidade de continuar adequando e fortalecendo os serviços de saúde para atendimento às novas demandas decorrentes do envelhecimento populacional de forma integrada com outras ações e outros serviços públicos, com ênfase na promoção do envelhecimento saudável e do aumento da autonomia das pessoas idosas, observando os vínculos intergeracionais. Nesta direção, no segundo mandato do Presidente Bolsonaro, se reforçarão as ações tendentes à consolidação do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon), instituído pela Lei nº 12.715/2012. Esse programa tem como propósito ampliar a oferta de serviços e expandir a prestação de serviços médico-assistenciais no campo das doenças oncológicas.

21 Fonte: https://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vacina-covid/
22 Fonte: https://ourworldindata.org/covid-vaccinations
23 Fonte: https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/06/23/vacinacao-contra-covid-evita-quase-20-milhoes-de-mortes-no-mundo-em-um-ano-diz-estudo.ghtml
24 Fonte: https://infoms.saude.gov.br/extensions/DEMAS_C19Insumos_VENT/DEMAS_C19Insumos_VENT.html
25 Fonte: https://infoms.saude.gov.br/extensions/Leitos_C19/Leitos_C19.html
26 Fonte: https://infoms.saude.gov.br/extensions/DEMAS_C19Insumos_EPI/DEMAS_C19Insumos_EPI.html
27 Fonte: https://infoms.saude.gov.br/extensions/DEMAS_C19SIOPS/DEMAS_C19SIOPS.html

Deve-se dar continuidade a programas exitosos como o **Incentivo de Atividade Física** para a Atenção Primária, uma vez que **15% do total de internações pelo SUS é atribuído à falta de exercícios físicos**[28]**.** Sem deixar de abordar a **Atenção Especializada à Saúde,** que tem, dentre outros programas, a Atenção Domiciliar; a Ciência e Tecnologia, que inclui em seu programa iniciativas como a Farmácia Popular; a Vigilância em Saúde, onde está inserido o fundamental e bem sucedido Programa Nacional de Imunizações, que tantas vidas salvou desde sua idealização; o Trabalho e a Educação na Saúde, cujo programa Saúde, na Escuta desenvolvido em parceria com a Atenção Primária à Saúde, propõe ofertar todo o suporte de dúvidas, atendimento e colher sugestões dos profissionais da saúde que fazem parte do programa Médicos pelo Brasil. **Nunca é demais lembrar que o foco é o cidadão**, portanto, o Plano de Governo estabelece propósitos para atender a população nessa problemática tão importante para a sociedade brasileira.

Com o intuito de avançar no fortalecimento do Sistema Nacional Único de Saúde, buscando garantir sua universalização, descentralização, humanização e a democratização de seus serviços, outros programas importantes também precisam ser continuados e consolidados. É o caso do **Cartão Nacional de Saúde - CNS**, que é o documento de identificação do usuário do SUS. Esse registro contém as informações dos indivíduos, como dados pessoais (nome, nome da mãe, data de nascimento etc.), contatos (telefones, endereço, e-mails) e documentos (CPF, RG, certidões etc.). Dessa forma, o CNS possibilita a criação, manutenção e atualização permanente do histórico de atendimento de cada cidadão no Sistema Único de Saúde (SUS) nos diferentes níveis de atenção, seja básica, especializada hospitalar ou dispensação de medicamentos, garantindo a cidadania através da coordenação de informações para humanizar o atendimento, a

O PAÍS PRECISA SER UM PRODUTOR DE CONHECIMENTO DE PONTA E NÃO APENAS CONSUMIDOR DE EQUIPAMENTOS DE ALTO VALOR AGREGADO, TORNANDO-SE UM MERO USUÁRIO.

padronização dos procedimentos e a democratização do acesso aos serviços de saúde.

Nessa direção, o programa da **Saúde Digital** também será fortalecido durante o segundo mandato do Presidente Bolsonaro. Esse programa abrange o uso de recursos de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) para produzir e disponibilizar informações confiáveis sobre o estado de saúde para os cidadãos, profissionais de saúde e gestores públicos, e é peça chave para a operação do **Cartão Nacional de Saúde e do Programa Telessaúde Brasil Redes**, que permitirão fortalecer o processo de democratização do acesso aos serviços de saúde. A pandemia do coronavírus constatou a grande importância da informação oportuna e precisa como instrumento de operação e coordenação do processo de tomada de decisão e da coordenação de todos os atores intervenientes no SUS. Desta forma, o Programa Conecte SUS, principal iniciativa da Estratégia de Saúde Digital para o Brasil 2020-2028, foi impulsionado para priorizar ações em pleno alinhamento com as necessidades nacionais de combate à Covid-19. Essa experiência nos permitirá avançar de forma acelerada na consolidação da **Saúde Digital** no sistema nacional de saúde em todo o território nacional.

Finalmente, a obtenção dos objetivos estratégicos definidos no Plano de Governo 2023-2026 no âmbito da saúde exige avançar no aprimoramento da gestão do Sistema Único de Saúde – SUS, ampliando e melhorando a articulação entre os setores público e privado (complementar e suplementar) mediante o aperfeiçoamento dos mecanismos de regulação e aumento da eficiência e a equidade do gasto, com adequação do financiamento às necessidades da população.

b) Seguir Recuperando e Avançando na Ampliação do Acesso e Permanência à Educação em Todos os seus Níveis e Modalidades

Assim como a saúde, a educação é um serviço essencial tanto para a promoção da inclusão social e da qualidade de vida da população como para o desenvolvimento da nação. Nessa direção, deverá ser dada continuidade a um conjunto de ações **no sentido de melhorar a posição brasileira nos diversos rankings, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), em sua próxima edição.**

Deve constar no planejamento para essa área, a partir de 2023, uma política pública voltada para a formação em todas as faixas etárias, e contemplando inclusive a **Educação Especial e a Educação de Jovens e Adultos,** assim como o ensino técnico profissionalizante, ensino superior e pesquisa, com uma base em tecnologia que permita nossos estudantes entenderem e aplicarem assuntos como inteligência artificial, programação, internet das coisas, segurança cibernética e da informação, e outros correlatos. Essa iniciativa **formará uma massa crítica apta a ingressar em postos de trabalho que estão sendo criados pela chamada Revolução 4.0,** agregando valor à economia e permitindo maior empregabilidade dos brasileiros.
É uma visão de médio e longo

28 Fonte: https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/saude/audio/2022-05/ministerio-da-saude-lanca-programa-incentivo-de-atividade-fisica

prazo, de Estado, mas que impactará rapidamente na qualidade de vida de nossa população e na evolução e aumento da qualidade da mão de obra e produtividade na indústria e nos serviços.

Evidentemente, outras áreas do conhecimento deverão ser observadas a fim de dar complementaridade às necessidades da economia. É fundamental que sejam estabelecidas estratégias que se alinhem com as demandas do mercado e o que se ensina nas escolas e universidades, sempre **com a finalidade de garantir que o jovem que se esforça durante anos de estudo tenha alta probabilidade de ser empregado** na medida em que há essa sinergia entre mercado e ensino.

Contudo, só isso não bastará. Há que se dar atenção aos professores por intermédio de cursos presenciais ou a distância que os qualifiquem a ensinar novas disciplinas a esses jovens. O governo deverá fomentar esse ciclo virtuoso a fim de obter resultados rápidos e concretos, pois **o país precisa ser um produtor de conhecimento de ponta e não apenas consumidor de equipamentos de alto valor agregado**, tornando-se um mero usuário.

Concomitantemente, a gestão 2023-2026 terá a tarefa de incrementar ações que forneçam os fundamentos de importantes disciplinas como Matemática, Português, História, Geografia, Ciências de uma forma geral e outras, permitindo que os alunos possam **exercer um pensamento crítico sem conotações ideológicas** que apenas distorcem a percepção de mundo, em particular aos jovens, e geram **decepções no cidadão que busca se colocar no mercado após concluir sua formação. É preciso ampliar o combate à violência institucional contra crianças e adolescentes, sob a premissa de que os pais são os principais atores na educação das crianças e não o Estado!**

No tocante à pesquisa é preciso que sejam formuladas estratégias que utilizem o dinheiro público em pesquisas de ponta que atendam às necessidades de desenvolvimento do país em áreas estratégicas como saúde, tecnologia, biotecnologia, indústria de bens de capital e de consumo, agropecuária (equipamentos, implementos e defensivos agrícolas que poluam pouco, sejam eficientes energeticamente e com tecnologia embarcada de última geração) e o setor energético, dentre outras.

É evidente a necessidade de se dar continuidade e consolidar ações complementares importantes, como: a democratização da internet nas escolas – notadamente as mais distantes dos grandes centros; a construção de novas creches e a manutenção das existentes; a manutenção da Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)[29]– em consonância com pequenos produtores ou produtores locais (agricultura familiar) – em integração com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)[30]; e o monitoramento da qualidade e dos resultados obtidos, a fim de redirecionar eventuais falhas no mais curto prazo possível.

É capital, em um mundo que cresce de forma extremamente rápida e exige profissionais cada vez mais capacitados, **manter e fortalecer a educação como um vértice importante no Plano de Governo**. Incentivar o ensino profissionalizante para vencer os gargalos existentes e os que estão por vir, notadamente na área de tecnologia e correlatas, propiciará ao jovem a qualificação e capacitação.

29 Fonte: https://www.fnde.gov.br/programas/pnae
30 Fonte: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf

Dando continuidade aos compromissos de governo 2019-2022, serão priorizados os investimentos e ferramentas na **Educação Básica** para dar acesso ao maior número de crianças e jovens com conteúdo educacional. Cita-se como exemplo de ferramenta o aplicativo Graphogame, dedicado a ensinar enquanto a criança da Pré-escola e do Ensino Fundamental joga, por exemplo, até sem estar conectado à internet. É importante **dar continuidade na recuperação do ensino das crianças e jovens que foram prejudicados com o fechamento das escolas durante a pandemia**. Também é preciso aliar o ensino presencial com o realizado na modalidade a distância, analisando e considerando aspectos e peculiaridades de cada região e microrregião, tais como: quantidade de escolas; distância da moradia dos alunos; infraestrutura disponível; conectividade; e necessidade de alimentação escolar, entre outros.

Sem professores valorizados e motivados não é possível um ensino de qualidade. Parta tanto, no segundo mandato do Presidente Bolsonaro, serão reforçadas as ações de promoção das políticas de formação e valorização dos professores, fortalecendo os planos de carreira e remuneração, melhorando as condições de trabalho e saúde e fornecendo formação inicial e continuada que estimule a articulação entre teoria e prática.

Por fim, para a obtenção dos objetivos estratégicos anteriores, definidos no Plano de Governo 2019-2022 no âmbito da educação nacional, é preciso avançar no aprimoramento da gestão e a governança da rede pública de educação, nos mecanismos de cooperação federativa e no regime de colaboração entre os sistemas de ensino, com orientação para o fortalecimento do Sistema Nacional de Educação. Tudo isso só é possível através do fortalecimento da gestão democrática e definindo melhores critérios de redistribuição de recursos que promovam a melhoria da qualidade da educação e reduzam as desigualdades sociais e regionais.

c) Ampliar e Fortalecer a Política Nacional de Esporte e do Fomento do Exercício Físico

O Governo Bolsonaro tem incentivado e implementado novos programas e projetos na área do esporte que contribuem para a democratização do acesso à prática desportiva e para o fomento ao exercício físico, propiciando melhoria na saúde e na qualidade de vida da população. A inclusão social por meio da ampliação do acesso à atividade física, esportiva e de lazer, assim como o resgate da cultura do esporte educacional por meio das práticas de atividades físicas no turno e contraturno escolar, configuram-se como fator de formação da cidadania e o desenvolvimento de valores olímpicos e paralímpicos. Além disso, no atual governo, o esporte se consolidou como um importante instrumento de promoção de direitos humanos e sensibilização da população quanto às suas violações por meio do **Programa Integra Brasil.**

No **esporte de base**, por meio do fortalecimento da plataforma de esporte educacional, foi oportunizada aos alunos a participação em grandes competições nacionais, como os Jogos Escolares Brasileiros (JEB's), que ocorreram em 2021 e não aconteciam desde 2004. Esse evento movimentou cerca de 6 mil estudantes-atletas, de 12 a 14 anos, de todos os 27 estados da federação. O **esporte de alto rendimento vem evidenciando resultados expressivos na história do país, com a maior quantidade de contemplados com o Bolsa Atleta (7.248 atletas) e a melhor campanha dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos**.

As obras de infraestrutura esportiva tem sido uma prioridade para o atual Governo. Até meados de 2022, **foram entregues 4.307 obras de infraestrutura** desde 2019, recordes no âmbito da administração federal no campo do esporte. A Lei de Incentivo ao Esporte alcançou recordes de captação nos últimos dois anos, recursos aplicados em projetos que atenderam crianças, adolescentes, jovens, adultos e pessoas idosas. Aumentar o alcance dos projetos em todo território nacional e capacitar entidades proponentes em locais de maior vulnerabilidade social são algumas das metas para o nosso próximo mandato.

A equidade do **acesso de pessoas com deficiência às práticas esportivas** como ferramenta de **inclusão social, educação e socialização é destaque da atual gestão**. Nossa meta é difundir o Paradesporto para garantir a inclusão social e o pleno direito à cidadania da pessoa com deficiência ao mundo do esporte.

Por fim, a **regulamentação da profissão de Educação Física** reafirma o compromisso do Governo Federal com a qualidade de vida da população, garantindo o acesso à prática esportiva qualificada exercida pelos profissionais de educação física. O novo mandato tem o compromisso com a aprovação do Plano Nacional do Desporto e com o fortalecimento do Sistema Nacional do Desporto, pilares da política esportiva no nosso país.

d) Ampliar e Fortalecer a Política Nacional de Cultura

O Governo Bolsonaro, por meio da Secretaria Especial da Cultura, investiu **7 bilhões de reais no setor cultural entre 2020 e 2021**. Com a reeleição, a perspectiva é de que esse investimento seja mais que triplicado até 2026, podendo chegar a 30 bilhões de reais, descentralizando o investimento na cultura brasileira.

Por meio da Lei de Incentivo à Cultura, foram aprovados 3.543 projetos culturais. Com a maior eficiência na fiscalização da prestação de contas pelos beneficiários dos incentivos fiscais, foi possível democratizar e ampliar o acesso aos seus benefícios. Até o final de 2021, por meio de renúncia fiscal, foram **investidos cerca de 3 bilhões de reais em diversos segmentos culturais, com potencial para beneficiar mais de 6 mil projetos selecionados e aprovados pela Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC)**. Por meio das novas instruções normativas, foi possível descentralizar o acesso ao investimento cultural, batendo recorde de captação.

No setor do Patrimônio Histórico-Cultural, o Governo Federal investiu, em 2021, 114 milhões de reais no âmbito do Programa de Preservação do Patrimônio das Cidades Históricas para restauração de 21 obras, em 13 estados. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) também investiu 25 milhões de reais na restauração e reforma de 10 obras em vários estados. Em 2022, estão previstos investimentos de cerca de 295 milhões de reais para o restauro de 31 obras, apenas no IPHAN. **A perspectiva para os próximos anos é de que esse valor seja triplicado na proteção dos patrimônios culturais do Brasil.**

O governo reeleito tem como prioridade para os próximos anos maximizar o investimento na cultura brasileira, valorizando e fortalecendo os nossos valores culturais. Para tanto, em consonância com a Lei Nº 12.343/2010, se fortalecerá a gestão das políticas públicas para a cultura, por meio da ampliação das capacidades de planejamento e execução de metas, a articulação das esferas dos poderes públicos, o estabelecimento de redes institucionais das três esferas de governo e a articulação com instituições e empresas do setor privado e organizações da sociedade civil. Igualmente, se priorizará a consolidação da implantação do Sistema Nacional de Cultura - SNC como instrumento de articulação, gestão, informação, formação, fomento e promoção de políticas públicas de cultura com participação e controle da sociedade civil e envolvendo as três esferas de governo (federal, estadual e municipal).

e) Ampliar e Fortalecer as Políticas e Programas direcionados às Mulheres, Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência

O Governo Bolsonaro entende a família como célula ou base da sociedade, defendendo o seu direito e o fortalecimento dos vínculos familiares e intergeracionais, e compreende o papel da mulher na sociedade moderna, afinal cabe a elas chefiar cerca de 50% das famílias no Brasil. Na família, crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência, além das mulheres, devem receber uma atenção especial.

Este foi o governo que mais investiu na **proteção desses públicos** e na inclusão das mulheres no mercado de trabalho e no empreendedorismo com igualdade de condições. Somente em 2021[31], foram **mais de 236 bilhões de reais investidos em políticas públicas para mulheres** (de todas as faixas etárias e com deficiência), por meio de ações transversais e integradas de todos os ministérios.

Merecem destaque as ações implementadas para a projeção econômica e a inclusão produtiva das mulheres.

31 Fonte: https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/politica/audio/2022-02/ministerio-da-economia-faz-levantamento-mulher-no-orcamento-2021

Dentre elas, o Programa **Brasil para Elas**, uma estratégia nacional de fomento ao empreendedorismo feminino para o desenvolvimento socioeconômico; o **Qualifica Mulher**, para a capacitação profissional, empreendedorismo e fomento por linhas de crédito; e o **Emprega Mais Mulher,** de estímulo à empregabilidade e à flexibilização do regime de trabalho. Dentro da visão de **empreendedorismo como ferramenta de transformação das mulheres**, o governo reeleito irá reforçar essas ações com a **ampliação de creches no contraturno escolar**. Além disso, destacam-se as ações de promoção e capacitação para **ampliar a participação das mulheres no parlamento**, assim como no empreendedorismo (pela capacitação e democratização do acesso ao crédito e microcrédito).

Para combater a violência contra a mulher, uma das **causas mais urgentes em nosso país,** foi lançado o **Plano Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio** para garantir direitos e promover a assistência integral, humanizada e não revitimizadora às mulheres em situação de violência. Dentre as **ações para enfrentar a violência contra as mulheres,** houve o fortalecimento da rede de proteção e foi **reformulado o projeto da Casa da Mulher Brasileira, criando três novas modalidades, o que permitirá, com um custo menor, levar o equipamento mais rápido às demais capitais.** Atualmente, 09 casas estão em construção e 20 contratadas e em fase de implantação, sendo que, na gestão 2023-2026, deverão ser consolidadas e ampliadas suas ações, também com a sua interiorização, tornando o país um lugar seguro, solidário e inclusivo para os nossos filhos. No atual governo, até o mês de julho de 2022, foram **editadas 70 leis de defesa, proteção e promoção da mulher.** Dentre outras leis, o Presidente **Bolsonaro sancionou a Lei Mariana Ferrer, que proíbe constranger a vítima de violência sexual durante o processo judicial.** Tudo porque **neste governo** e na sua continuidade, após a reeleição,

nenhuma mulher fica para trás, dando efetividade à implementação dessas leis e consolidando essas políticas públicas.

Para promover a dignidade da mulher, no exercício da maternidade, foi criado o **Programa Mães do Brasil**, que tem como objetivos, dentre outros, reconhecer o valor da maternidade para o bem comum, a fim de amparar as mulheres no exercício integral da maternidade, desde a concepção até o cuidado com os filhos, além de fomentar a inserção e a reinserção das mulheres mães no mercado de trabalho, a conciliação trabalho-família e a equidade e corresponsabilidade no lar.

Visando à **proteção e à inclusão social das mães de pessoas com deficiência, vulneráveis e com doenças raras**, merece destaque o programa de voluntariado Pátria Voluntária, que tem desenvolvido um projeto nesse sentido. Do início do Governo Bolsonaro até junho de 2022, houve a ampliação dos Centros de Referência em Doenças Raras de sete para dezoito unidades. Essas ações serão ampliadas e consolidadas na gestão 2023-2026.

Ainda com relação às **pessoas com deficiência e com doenças raras**, o Governo Bolsonaro tem promovido ações para possibilitar a concretização de seus direitos fundamentais, ocasionando a **inclusão e a integração social**, promovendo a **acessibilidade** e construindo assim uma sociedade livre, justa e igualitária.

Da mesma forma, para as **pessoas idosas**, foram implementadas ações **com o objetivo de assegurar os seus direitos sociais**, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade, por meio de políticas públicas de saúde, de assistência social, de trabalho, de previdência e seguridade social e de esporte, turismo e lazer e educação para as pessoas idosas, bem como o incentivo ao voluntariado e a participação da iniciativa privada, para criar **as melhores condições para um envelhecimento ativo e saudável.**

Também visando à inclusão social de pessoas idosas e pessoas com deficiência que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família, **foi ampliada a cobertura e a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que deverá ser expandida na nova gestão.**

Quanto às crianças e aos adolescentes, foi criado o Programa **Protege Brasil**, de proteção integral desse público, visando ao seu desenvolvimento saudável. O programa contempla o Plano **Nacional de Prevenção Primária do Risco Sexual Precoce e da Gravidez na Adolescência, o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes, o Pacto Nacional de Prevenção e de Enfrentamento da Violência Letal contra Crianças e Adolescentes e o Plano de Ação para Crianças e Adolescentes Indígenas em Situação de Vulnerabilidade.**

Na próxima gestão, após a reeleição, é preciso ampliar ainda mais o combate a todas as formas de violência contra crianças e adolescentes, além de incrementar o investimento no seu desenvolvimento socioemocional, para combater as mazelas da depressão, da automutilação e do suicídio.

Muito foi feito pelas **mulheres, crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência e vulneráveis.** Todas essas ações visam fortalecer os vínculos familiares e intergeracionais, dentro da ideia de que os pais são os principais atores na educação das crianças, e não o Estado, e de que **famílias fortes são a base de nações fortes.** Assim, deverão ser ampliadas e consolidadas na gestão 2023-2026.

f) Assistência Social para Autonomia das Famílias

Preocupado em atender as famílias temporariamente sem acesso ao emprego e à renda e as famílias de baixa renda e em situação de risco, **o governo reeleito continuará ampliando o investimento e fortalecendo suas ações** nos três tipos de serviços da **Política de Assistência Social**: proteção social, vigilância socioassistencial e defesa social e institucional. O objetivo é **possibilitar a autonomia das famílias**, por meio do acompanhamento a partir de visitas domiciliares, de atendimentos individualizados e da transferência de renda os mais vulneráveis. Este governo reconhece e valoriza os profissionais da assistência social e continuará seus esforços por um sistema forte e sustentável, que proporcione dignidade no âmbito de trabalho.

Em 2021, alcançou-se a média de 1,34 milhão de famílias acompanhadas por mês em todo o país, mais de 34 milhões de atendimentos individualizados e 3,4 milhões de visitas domiciliares realizadas pelas equipes multidisciplinares que atuam no **Sistema Único de Assistência Social (SUAS).** Nos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua, mais de 440 mil pessoas foram acolhidas, sendo cerca de 190 mil usuários de crack e outras drogas. Ainda, mais de 4,7 milhões de pessoas idosas e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade foram beneficiárias do BPC.

Estes resultados positivos indicam que estamos no caminho certo. Por isso, no segundo mandato, não apenas **essas iniciativas serão ampliadas e aprimoradas,** mas também se dará uma atenção especial ao **fortalecimento e à expansão do SUAS**, de modo que o acolhimento para famílias e para pessoas idosas, as residências inclusivas, o Serviço de Cuidado em Domicílio, a rede de unidades de acolhimento para álcool e drogas, dentre outros serviços, sejam expandidos e alcancem a todos os cidadãos e famílias que necessitem.

ALÉM DE TODOS OS ESFORÇOS NA EXECUÇÃO DE PROJETOS DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA ESTRUTURANTES, O GOVERNO GARANTIU O ACESSO À ÁGUA DE QUALIDADE PARA MAIS DE UM MILHÃO DE PESSOAS DE COMUNIDADES RURAIS ISOLADAS

g) Promover o Acesso à Água Potável e ao Saneamento Básico como um Direito Social Fundamental

O **acesso à água potável** é um direito humano de todos, por isso o **Saneamento Básico** é uma importante preocupação do governo atual e deve ser intensificado fortemente no próximo mandato. Trata-se de obras que empregam vultosos recursos financeiros, muitas vezes não estão visíveis, e envolvem aspectos como infraestruturas e instalações para o abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, tratamento de efluentes e rejeitos sólidos e limpeza urbana, entre outros. **São fundamentais para preservar o meio ambiente e melhorar a qualidade do bem-estar da população, mitigando a pressão sobre o sistema de saúde do país.** Além disso, estudos mostram que serviços de água e esgoto são responsáveis por mudanças na qualidade de vida e na dignidade das pessoas, mostrando que R$ 1,00 investido no saneamento proporciona R$ 29,19 em benefícios sociais aos brasileiros – mais saúde, mais qualidade de vida e melhores condições socioeconômicas[32]. Com relação apenas à saúde, **cada R$ 1,00 investido em saneamento básico gera uma economia de R$ 4,00 em saúde**[33].

Nos últimos dois anos do atual governo, nove leilões foram realizados e arrecadaram cerca de R$ 80 bilhões – dos quais R$ **50 bilhões foram em verbas para o saneamento básico no país. Tudo isso por meio do Marco Regulatório do Saneamento Básico, de 2020**, que, entre outros aspectos, estimulou a livre concorrência, a competitividade, a eficiência e a sustentabilidade econômica na prestação dos serviços e incentivou a adoção de métodos, técnicas e processos adequados às peculiaridades locais e regionais.

32 Fonte: https://www.brkambiental.com.br/quanto-vale-cada-real-investido-em-saneamento-no-brasil
33 Fonte: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/correiodebate/desafiohidrico/2017/04/18/noticias-desafiohidrico,589136/dinheiro-investido-em-saneamento-basico-gera-economia-em-saude.shtml

O Governo Federal editou o **Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Planares)**, que prevê acabar com os lixões e aterros controlados nos próximos dois anos, política que prevê, inclusive, o reaproveitamento de 48% dos resíduos até 2040.

Isso significa que investimentos em tratamento de água e esgoto cresceram quase 1.000% em um ano no Brasil. Essas iniciativas só foram possíveis com o novo Marco Regulatório do Saneamento Básico, que trouxe a iniciativa privada como parceira do Governo Federal para acelerar o acesso à água potável e ao serviço de esgoto no país. Antes da nova legislação, o investimento no setor feito pelo governo federal, pelos estados e pelos municípios era de R$ 4,5 bilhões por ano[34].

Dentre outros fatores e necessidades a serem atendidas ao cidadão, o Governo Bolsonaro tratou a **água como vetor de desenvolvimento socioeconômico**, criando condições para a redução da pobreza. **Transformou em realidade a conclusão da transposição do Rio São Francisco**, principal projeto de infraestrutura hídrica do país. Em três anos (2019 a 2021), foram investidos 25% do total aplicado nas obras em 14 anos, desde 2008[35]. Iniciou-se uma nova fase, retomando o projeto original e garantindo a construção e a entrega do Ramal do Agreste, em Pernambuco; o início do Ramal do Apodi, que atende Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte; e a licitação do Ramal do Salgado, que atende o Ceará. São **obras que devem continuar dentre as prioridades desse governo na gestão 2023-2026**, perfazendo 699 km de canais para garantir a segurança hídrica do Nordeste.

Além de todos os esforços na execução de projetos de infraestrutura hídrica estruturantes, o governo garantiu o **acesso à água de qualidade para mais de um milhão de pessoas de comunidades rurais isoladas**, por meio de uma força-tarefa de diversos órgãos federais para impulsionar, de forma eficiente, a **entrega de poços, cisternas, sistemas simplificados de abastecimento de água e dessalinizadores, em regiões carentes desse recurso. Essa atuação conjunta de órgãos continuará sendo prioridade, ampliando ainda mais o número de famílias com acesso à água.**

Posto isso, o Plano de Governo prevê a ampliação dessa oferta de saneamento básico para a população, **buscando metas ousadas que propiciem maior bem-estar, diminuição do índice de doenças provocadas pela falta desse importante serviço, como diarreia, e diminuição da pressão sobre o SUS, que propiciará que os recursos economizados possam ser direcionados para outras áreas importantes da saúde pública.** O atual governo entendeu e priorizou as ações de saneamento, o que é demonstrado pela ampliação do orçamento da FUNASA para o **saneamento em municípios até 50.000 habitantes, de 523 milhões de reais em 2021, para 659 milhões de reais em 2022 e previsão de 695,9 milhões de reais em 2023**, montante que deverá continuar crescendo no governo reeleito, aumentando a cobertura de municípios com saneamento básico e abastecimento de água potável.

Dessa forma, a revolução que está sendo feita no saneamento terá diversos efeitos positivos para a vida do brasileiro, pois ela aumenta a matrícula na escola primária, reduzindo dias letivos perdidos pelas crianças, aumenta a produtividade entre os adultos e proporciona segurança às mulheres, além de reduzir a poluição dos recursos hídricos. Cabe recordar que os custos da degradação ambiental e da saúde causados por serviços inadequados de água e saneamento são responsáveis por relevantes perdas econômicas da nação. O saneamento não pode ser negligenciado no desenvolvimento do país. Ao examinar os impactos econômicos do saneamento precário e os ganhos potenciais de saneamento melhorado, este estudo fornece evidências para apoiar novos investimentos em saneamento no Plano de Governo.

h) Promover os Direitos Humanos para Todos

Essa continuará sendo uma pauta no próximo mandato (2023-2026), por se tratar de direitos básicos inerentes a todos os seres humanos. Universais, dizem respeito à vida, à liberdade, à igualdade, à propriedade, à acessibilidade de pessoas com deficiência e à segurança de direito de todo ser humano. Por meio de uma promoção integrada, com o enfrentamento às suas violações e à defesa dos direitos, devem ser assegurados à pessoa humana na sua integralidade e respeitando suas particularidades. **São, portanto, intimamente ligados ao conceito de Democracia, pois primam pela igualdade de todos em seus direitos, deveres e dignidade**. Estão ainda associados à família, enquanto primeira e mais importante instituição privada de geração de vida e promoção de liberdade, igualdade e segurança.

O governo atual tem promovido medidas importantes no sentido de garantir esses direitos, implementando um modelo nacional de promoção de acesso a direitos ainda não efetivados e de combate a todas às suas formas de violação. Por meio de integração das diferentes pastas ministeriais e tendo-os como diretriz de todas as políticas, a promoção de direitos e o combate a suas violações têm norteado todas as ações do atual governo. Políticas como o Programa Mães do Brasil (estratégia de promoção de políticas públicas destinadas à proteção integral da dignidade das mulheres, a fim de ampará-las no exercício da maternidade, desde a concepção até o cuidado com os filhos), o **Programa Pró-Vida** (Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública) e o **Programa PraViver** (Programa Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública e Defesa Social e dos Profissionais do Sistema Socioeducativo) foram criadas e aprimoradas para garantir a vida, com qualidade, desde a concepção para todos os cidadãos, incluídos os agentes de segurança pública.

34 Fonte: https://www.gov.br/pt-br/noticias/transito-e-transportes/2022/03/investimentos-em-tratamento-de-agua-e-esgoto-crescem-quase-1-000-em-um-ano
35 Fonte: https://portalcorreio.com.br/desde-2019-governo-federal-investiu-mais-de-r-45-bilhoes-para-ampliar-oferta-de-agua-no-pais/

Também para assegurar o **direito à segurança**, o atual governo ampliou as ações de proteção focalizadas nos grupos mais vulneráveis à violência, como mulheres, **crianças e adolescentes e pessoas idosas,** além de investir no **combate a homicídios e ao feminicídio**, com resultados positivos já observados. As Operações Resguardo e Acalento, o Programa Protege Brasil e **o Plano de Enfrentamento ao Feminicídio** são exemplos de ações nesse sentido. O governo atual tem ainda investido no atendimento integrado desses públicos, evitando a revitimização e reduzindo o tempo de resolução da situação de violência. Lançou o Sistema Nacional de Direitos Humanos pelo qual a rede de proteção acessa sistemas nacionais de atendimento a vítimas de violência e políticas de promoção de direitos de todos.

Da mesma forma, igualdade e liberdade foram compromissos que nortearam a atuação do atual governo. Diversas políticas, tais como o Auxílio Brasil, o Plano Nacional de Tecnologia Assistiva, o Programa Horizontes e o **Programa Brasil pra Elas**, ampliaram as oportunidades de inserção no mercado de trabalho e geração de emprego e renda para os grupos sociais mais vulneráveis, ao passo que as diversas medidas de desburocratização e simplificação econômicas ampliaram a liberdade de produzir e empreender.

O Plano de Governo não apenas dará continuidade às medidas implementadas de 2019 a 2022 como ampliará as ações de promoção de acesso a direitos humanos.

i) Promover o Bem-Estar Para Todos

Esse tema prioritário é afeto à saúde, aos direitos humanos para todos, à assistência social e às várias áreas de ordem multidisciplinar, pois infere em fortalecimento de vínculos familiares e de amizade saudáveis, nutrição equilibrada, saúde física e mental e possibilidade de realizar atividades físicas, dentre outras. **Permeia habitação, saneamento, educação, lazer, cultura, segurança e outros aspectos**. Como se trata de um conjunto de atividades que, ao se tornarem uma rotina, auxiliam em diversos campos, inclusive diminuindo a pressão sobre o sistema de saúde. Políticas públicas que facilitem e incentivem a melhoria da qualidade de vida do cidadão e campanhas de propaganda incentivando esse tipo de comportamento devem ser feitas.

Por meio do programa **Casa Verde e Amarela**[36], que promove o direito à cidadania, a fim de universalizar o acesso à aquisição de moradia em áreas urbanas, foi disponibilizada ao cidadão a **menor taxa de juros da história para o financiamento de imóveis residenciais**, a partir de 4,5% ao ano. O governo reeleito desenvolverá programas visando à capacitação e orientação técnica para elaboração de projetos para investimentos públicos pelos entes federados, com foco nos municípios do interior, com vistas a melhorar a qualidade dos investimentos públicos.

O PLANO DE GOVERNO NÃO APENAS DARÁ CONTINUIDADE ÀS MEDIDAS IMPLEMENTADAS DE 2019 A 2022 COMO AMPLIARÁ AS AÇÕES DE PROMOÇÃO DE ACESSO A DIREITOS HUMANOS.

3.3 SEGURANÇA E DEFESA

O termo segurança é abrangente. Envolve outros conceitos que são vitais ao cidadão, aquele que trabalha, dedica-se à família e busca o melhor para o seu país. Envolve outras questões, como estabilidade, confiança, justiça na forma como o cidadão é tratado, igualdade perante todos e crença inabalável de que o Estado e a sociedade civil tratarão todos de acordo com seus méritos e esforços. Dentro desse escopo, Jair Bolsonaro espera que esse tema prioritário seja consolidado no seu próximo mandato, somando-se com as inúmeras ações já realizadas nesse sentido. O Plano de Governo deve, portanto, debruçar-se nesse assunto com especial atenção ao cidadão e às políticas públicas que ampliem esse conceito.

A Organização das Nações Unidas estabelece que um dos determinantes críticos do Desenvolvimento Humano é a Segurança Humana entendida como um conceito integral que se concentra nas pessoas e não exclusivamente na segurança territorial e política do Estado. Nesse sentido, a Comissão de Segurança Humana da ONU a definiu da seguinte forma: "Segurança Humana significa proteger o núcleo de todas as vidas humanas contra riscos graves e previsíveis, de maneira consistente com a realização humana de longo prazo. ... é a condição de viver livre do medo e livre da necessidade" (Human Security Now Report, 2003)[37].

Da mesma forma, o Relatório de Desenvolvimento Humano de 1994 definiu a segurança humana como centrada em dois elementos principais: "segurança contra ameaças crônicas como fome, doenças e repressão" e segurança como "proteção contra alterações súbitas e dolorosas da vida cotidiana, seja em casa, no trabalho ou na comunidade. Portanto, esses riscos ou ameaças à segurança humana podem ser nos âmbitos jurídico, público, alimentar, energético, entre outros.

36 Fonte: https://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/casa-verde-e-amarela/urbana/Paginas/default.aspx
37 Fonte: https://digitallibrary.un.org/record/503749?ln=es

a) Promover e Fortalecer a Segurança Jurídica

A Constituição Federal garante esse tipo de SEGURANÇA ao declarar em seu Art. 5º que "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. " **O tema SEGURANÇA JURÍDICA não é uma questão de escolha ou ato discricionário do próximo governo de Jair Bolsonaro, como não foi no atual**. É uma diretriz a ser seguida, uma vez que está diretamente alinhada com o tema prioritário **LIBERDADE ECONÔMICA**, pois propicia previsibilidade e estabilidade aos relacionamentos humanos, além de ser um aspecto do marco legal brasileiro. Adicionalmente, produz um círculo virtuoso na economia internacional, na medida em que dará, ainda mais, tranquilidade para investidores externos e parceiros comerciais. **Nesse sentido, deve-se continuar a implementar e a consolidar as reformas estruturantes tão necessárias ao Estado e ao cidadão brasileiro, na gestão do governo reeleito.**

Exemplos de marcos regulatórios encaminhados pelo governo que fortalecem a segurança jurídica podem ser citados: Novo Marco de Securitização, Registros Públicos Eletrônicos (atual Lei 14.382/2022), Novo Marco de Garantias etc.

A segurança jurídica vai além de proporcionar crescimento econômico por si só. Ela é necessária **para criar um ambiente que proporcione meios de subsistência, de redução das desigualdades e de bem-estar social.** A manutenção de condições de pobreza decorre muitas vezes da hipossuficiência, exclusão e discriminação dos indivíduos perante a Lei. **Por isso, o Governo, ao fortalecer a segurança jurídica, também reduz a violação de direitos individuais, sociais, econômicos e políticos de seus cidadãos.**

A segurança dos meios de produção, do abrigo e dos contratos permite aos cidadãos terem a confiança de que poderão se defender contra violações de seus direitos, contribuindo para um ambiente de tranquilidade e prosperidade ao brasileiro.

b) Promover a Segurança Alimentar e a Alimentação Saudável

Em um contexto mundial, onde o Brasil se destaca na produção de alimentos, esse tema prioritário é ampliado no Plano de Governo do mandato que se inicia em 2023. Hoje, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), estamos **entre os cinco maiores exportadores do mundo,** levando-se em conta o valor monetário em bilhões de dólares. São expressivos U$ 55.4 bilhões em exportações da agropecuária em 2021[38]. **Para a Ásia, o Brasil significa um importante parceiro na segurança alimentar.** Assim, é uma atividade estratégica que deve ser incrementada com uso de tecnologia de ponta, pesquisas e respeito ao meio ambiente.

O equilíbrio entre a demanda nacional e as exportações é possível e perfeitamente factível, devendo ser objeto de estudos aprofundados a fim de dar acesso, **em primeiro lugar, à população brasileira a uma alimentação saudável, compatível com os índices internacionais de calorias e qualidade diária,** bem como desenvolver uma logística que garanta toda a cadeia produtiva com o mínimo de perdas e custos reduzidos. Além disso, deve-se manter e implantar políticas públicas que mitiguem efeitos da inflação mundial que se vive em função da pandemia e do conflito entre a Federação da Rússia e a Ucrânia que **reduzam de imediato a perda do poder de compra do brasileiro para que este se alimente de forma adequada.**

O Programa Alimenta Brasil[39] se baseia nas compras públicas da produção do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e na doação de alimentos adquiridos, contribuindo de forma paralela para a emancipação econômica dos agricultores familiares e para a segurança alimentar e nutricional de grupos socialmente vulneráveis, pertencentes aos municípios onde os alimentos são produzidos. É uma das diversas iniciativas do governo que podem ser citadas como exemplo. Paralelamente, é importante reforçar a distribuição de alimentos a grupos populacionais tradicionais e específicos, segmentos especialmente suscetíveis, dentre os quais se encontram indígenas e quilombolas, para garantir-lhes a segurança alimentar.

O governo reeleito atuará para a integração das políticas de segurança alimentar e a econômica, aumentando a eficiência da alocação de recursos.

c) Fortalecer a Segurança Energética do País

Segurança energética deve continuar a ser um fator de empenho no próximo governo, alinhando-se com todo o esforço realizado durante o primeiro mandato. O conflito entre a Federação da Rússia e a Ucrânia envolvendo sanções energéticas que impactam o mundo inteiro é uma prova de que esse tema merece o aperfeiçoamento e o desenvolvimento de políticas públicas que **propiciem ao Brasil manter sua oferta energética e ter flexibilidade para enfrentar eventuais crises como essa**. Hoje, o Brasil se insere positivamente no mundo, em função de suas políticas liberais, como um importante parceiro na área de segurança energética. Isso implica oferecer permanentemente serviços energéticos para a população brasileira, observando as peculiaridades regionais, dentro das demandas de cada região e a um preço justo.

Nosso país deverá, após a reeleição, reforçar dois compromissos prioritários nesse sentido: gerar **com eficiência e oferecer energia de acordo com a demanda atual, lançando as bases para as futuras necessidades,** pensando no crescimento econômico nacional que impactará diretamente o cidadão e o seu bem-estar; e promover, incansavelmente, inclusive com

38 Fonte: https://www.fao.org/home/en/
39 Fonte: https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-produtiva-rural/alimenta-brasil/programa-alimenta-brasil

atores internacionais, aumento robusto e diversificação na produção e utilização de energia sustentável, renovável e limpa, sem comprometer outros aspectos que envolvam esse tema, como o gás natural com alternativa para diversos setores produtivos, como petroquímica e fertilizantes, por exemplo. No atual governo, o tema sempre esteve em destaque, como durante as discussões sobre combustíveis do futuro no Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Estima-se que, em pouco tempo, utilizando recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a Empresa Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) envolverá chamadas no sentido de reunir centros tecnológicos, empreendedores e startups visando à produção de energia limpa (eólica, solar etc.). É um potencial entre 45 e 75 gigawatts de energia eólica, solar e geração distribuída em 10 anos, proporcionando investimentos de até 600 bilhões de reais.

Essas e outras iniciativas devem ser fortalecidas no próximo mandato (2023-2026), pois, além de mitigarem os problemas da poluição ambiental e auxiliarem na proteção ao meio ambiente, **diminuirão sobremaneira a utilização pelo país de fontes energéticas baseadas em óleo e carvão, sem comprometer as demandas e o crescimento nacional.** Importante destacar que o Brasil tem grande potencial de ser exportador de **energia verde** com a implantação **de geração de energia limpa e alternativas, como a eólica *off shore* e o hidrogênio verde.** Sem dúvida, é um processo de longo prazo e altamente complexo, mas que já foi iniciado no mandato atual e deverá ser continuado a partir de 2023.

Esse conjunto de medidas, somado a outras de caráter estrutural quanto aos combustíveis fósseis, **permitirão ao Brasil reduzir o preço da energia,** importante para a nossa vida cotidiana e para a logística de transporte nacional e internacional, incluindo o **gás de cozinha**, fundamental para toda a população, além de reduzir os custos da produção industrial e dos produtos para o consumidor final.

As políticas já criadas e em andamento, como a **Nova Lei do Gás,** em conjunto com medidas econômicas e de desoneração, estão garantindo suprimentos de energia seguros e a preços acessíveis à população em curto e longo prazo. Medidas futuras estão sendo elaboradas com análises sobre os riscos atuais e futuros de interrupção do fornecimento de petróleo, desafios emergentes de segurança e transporte de gás e aumento da flexibilidade e resiliência do sistema do setor elétrico.

d) Fortalecer e Garantir a Segurança Pública e Cidadã

Esse tema prioritário foi perseguido com empenho no primeiro mandato (2019-2022), não apenas para garantir a segurança de todos os cidadãos, mas também para combater a violência contra os mais vulneráveis, como as crianças e as mulheres. Prova **disso são os excelentes índices de combate à criminalidade apontados nos últimos anos.** Como exemplo, cita-se o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes, criado em 2021, **em plena pandemia,** com a previsão de investimento de R$ 109 milhões contra **a exploração sexual e violência física, psicológica e institucional.** Somente em 2021, **o DISQUE 100** recebeu mais de 18,6 mil queixas de violência sexual contra crianças e adolescentes. Além disso, como em função da pandemia houve um aumento expressivo de casos de violência contra a mulher, o governo federal atuou por meio da ampliação de ferramentas vinculadas ao canal de denúncia **LIGUE 180** (WhatsApp, Telegram e **aplicativo DH Brasil**) e da articulação com governos estaduais e municipais, no sentido de coibir essa prática nefasta. Em 2021, o governo lançou o Plano **Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio,** com o propósito de fortalecer a rede de proteção das mulheres. Outro exemplo de combate ao crime está no fato de que a Polícia Rodoviária Federal (PRF) registrou uma apreensão recorde de cocaína nas rodovias federais em 2021. Foram 40 toneladas.

Fruto das ações eficientes e integradas na área da segurança pública, com o aumento de 185% do número de operações policiais realizadas em relação a 2018, o Brasil registrou em 2021 uma **queda de 6,5% no número de homicídios** em relação ao ano anterior, sendo a **menor taxa desde 2011**, quando se iniciou a série histórica. **A letalidade policial teve uma redução de 4,2% em relação a 2020.** Também ocorreu **apreensão de 16.026 armas de fogo ilegais**, um **aumento de cerca de 150% em relação a 2018**. Merece destaque o aumento significativo (em relação a 2018) no número de **apreensão de drogas** (cocaína 131 % e maconha 172 %), de veículos (134 %) e de **prisão de delinquentes** (470 %).

Na elaboração do Plano de Governo nesse tema prioritário, **enfatiza-se o fortalecimento das ações no combate ao crime organizado e outras ameaças à segurança e defesa nacional, utilizando amplo espectro de tecnologias disponíveis, como drones, inteligência artificial e perícia forense, dentre outros, sempre em coordenação e integração entre as instituições federais e os órgãos estaduais e municipais**, a fim de dar robustez a essa luta para proteger a população e colocar nas mãos da Justiça aqueles que insistem em romper as leis e prejudicar, muitas vezes tirando a vida de outro ser humano, o cidadão.

Essas ações fazem crescer a necessidade de **aumento e continuidade dos investimentos** nos Órgãos de Segurança Pública e nas Forças Armadas, assim como o **aperfeiçoamento dos seus planos de carreira e de remuneração, da sua retaguarda jurídica e da continuidade da melhor capacitação** de seus quadros. O governo federal encaminhou projeto de lei sobre o **excludente de ilicitude** para maior proteção do profissional da Segurança Pública e das Forças Armadas em operações. **Essa conquista será perseguida pelo governo no novo mandato.**

e) Fortalecer e Garantir a Segurança no Campo

Embora com percentual expressivo de população nas cidades, o desenvolvimento da agropecuária leva ao campo diversos tipos de violência. **O governo federal, no seu primeiro mandato, apoiou a família do campo, que tanta riqueza propicia ao Brasil.** Um exemplo foi a realização da terceira etapa da Jornada Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, ocorrida em 2021. A finalidade do evento foi diagnosticar, por meio de discussões e debates, a situação de segurança no campo e elaborar políticas públicas específicas nesse tema prioritário.

Nessa direção, o governo federal deverá buscar soluções específicas para a proteção de áreas fora dos núcleos urbanos, protegendo não só a família do campo, mas os equipamentos e insumos de uma forma geral, cujo valor agregado altíssimo tem levado parcela de criminosos a se voltar para esse público. Deverá ainda estimular soluções exitosas de cada região, difundindo, apoiando e facilitando sua implementação. **A família do campo e seus bens, assim como sua propriedade, deverá ser objeto de políticas efetivas e ações céleres a fim de garantir sua segurança e liberdade, seja para o pequeno produtor da agricultura familiar, seja para o grande produtor da agropecuária.**

Por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), foram **titulados 326 mil assentados em três anos**[40]. Essa titularização de terras nos assentamentos foi maior na atual gestão que nos dez anos anteriores. O governo federal, por meio de uma política de regularização fundiária pelo interior do país, trouxe dignidade à família do campo. Associado à assistência técnica e à abertura de linhas de créditos, criará condições para **o crescimento econômico e o desenvolvimento social da família do campo**, atingindo cerca de 970 mil famílias assentadas que ainda não haviam obtido o título de propriedade e outros 300 mil posseiros em áreas federais não destinadas. Além disso, **alcançou-se uma queda histórica no número de invasões de propriedades privadas nos últimos quatro anos.**

No governo reeleito para 2023-2026, serão consolidadas e ampliadas todas essas ações de regularização fundiária, aliadas ao direito fundamental à legítima defesa e ao fortalecimento dos institutos legais que assegurem o acesso à arma de fogo aos cidadãos, **garantindo o direito à propriedade, reduzindo os conflitos no campo e as invasões.**

> *POR MEIO DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA), FORAM TITULADOS 326 MIL ASSENTADOS EM TRÊS ANOS. ESSA TITULARIZAÇÃO DE TERRAS NOS ASSENTAMENTOS FOI MAIOR NA ATUAL GESTÃO QUE NOS DEZ ANOS ANTERIORES.*

3.4 INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

No Eixo da Infraestrutura Logística, o Plano de Governo 2023-2026 do governo do presidente Jair Bolsonaro tem como propósito central fomentar o desenvolvimento da infraestrutura, com foco no ganho de competitividade e na melhoria da qualidade de vida, assegurando a sustentabilidade ambiental e propiciando a integração nacional e internacional.

Infraestrutura é o grande indutor de desenvolvimento em qualquer país. O Brasil, pelas suas dimensões e outras peculiaridades, **é campo fundamental para suportar não só a economia, mas a saúde, a educação e tantos outros aspectos que lhe são correlatos.** Se não existem boas estradas, ferrovias ou hidrovias, como escoar a produção agrícola de um determinado local ou região? Se portos e aeroportos estão sucateados, o chamado Custo Brasil, da ordem de R$ 1,5 trilhão por ano (equivalente a 22% do PIB)[41], torna-se extremamente restritivo. Se não há preocupação com estradas vicinais, como levar educação, saúde, segurança, energia e saneamento às pessoas do campo ou das comunidades indígenas e quilombolas e escoar sua produção? Os desafios da infraestrutura são enormes e devem ser enfrentados como foram no quadriênio 2019-2022: com planejamento, projetos robustos e vontade de atender aos anseios das populações com suas peculiaridades regionais, com eficiência, economicidade e conclusão de obras.

Em relação ao modal terrestre rodoviário, merece destaque a continuidade à implementação da **Política Nacional de Trânsito**, com a redução de acidentes nas rodovias, o aumento da validade da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e com destaque para a digitalização, desburocratização e melhoria dos serviços, com relação à emissão da CNH e do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV). Tudo isso visando que o Plano de Governo continue facilitando a vida do cidadão.

40 Fonte: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-03/incra-titula-326-mil-assentados-em-tres-anos
41 Fonte: https://findes.com.br/estudo-revela-o-custo-brasil-r-15-trilhao-por-ano/

a) Promover a Intermodalidade do Sistema Nacional de Transporte

Intermodalidade é o uso de vários modais (caminhões, aviões, barcos e outros) para uma única viagem. Não se trata somente de um benefício para transportes coletivos ou individuais. Quando bem aplicada, **com uso de bilhetes únicos, pode auxiliar pessoas que se deslocam para o seu trabalho, por exemplo, propiciando mais conforto e menor custo nas viagens.**

Muito já foi feito no governo atual, como entrega de 108 obras públicas em 2021. A integração reduz distâncias, tempo de deslocamentos, custos e agilizam o escoamento da produção e sua distribuição, melhorando a vida do cidadão. Ao longo daquele ano, foram pavimentados, duplicados ou recuperados 2.050 km de rodovias, e 22 aeroportos da Infraero foram arrematados em leilões, gerando uma previsão de R$ 6,1 bilhões em investimentos privados[42].

O futuro governo deverá implantar infraestrutura em complemento às inúmeras obras já realizadas e concluídas no governo atual, a **fim de diminuir, por exemplo, o chamado "Custo Brasil".** A integração de portos, aeroportos, estradas rodoviárias vicinais, ferrovias e hidrovias, de maneira estratégica e coerente com a produção projetada para os próximos anos, escoamento e necessidades de importação e exportação que agreguem valor e diminuam custos, é fundamental constar no Plano de Governo e deve ser perseguida pelo governo Bolsonaro.

b) Ampliar a Cobertura e a Qualidade do Transporte Ferroviário

Ferrovias são fundamentais em um país com as dimensões continentais do Brasil. **Facilita o transporte de commodities, diminui custos e propicia que sejam alocados espaços em outros modais de forma mais adequadas** como caminhões (mais rápidos que trens) e aviões (mais rápidos que caminhões e trens e vocacionados para transportar produtos pequenos e médios ou de alto valor agregado). O governo federal já assinou autorização para que 76 grupos empresariais pudessem iniciar a construção de nove ferrovias no país. A medida faz parte do **Programa Pro Trilhos,** que visa ampliar a malha ferroviária nacional, a partir de investimentos privados. **As empresas devem investir cerca de R$ 224 bilhões e agregar 19 mil km à malha brasileira, cruzando pelo menos 16 estados da federação**[43]. Outra iniciativa que serviu como modelo para o Plano de Governo é o projeto da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (Fico), com investimentos de R$ 2,7 bilhões e previsão de gerar 4,6 mil empregos. O impacto é direto na agropecuária. A Fico se conectará à Ferrovia Norte-Sul, considerada a espinha dorsal do sistema ferroviário nacional, e ligará o Porto de Itaqui, no Maranhão, ao Porto de Santos, em São Paulo, numa extensão de mais de 4,5 mil km[44]. Assim, **esse deve ser o sentido do planejamento futuro nessa área: aumento de ferrovias a serem construídas e intermodalidade.**

c) Ampliar e Melhorar a Navegação de Cabotagem e Hidroviária

Dentre os diversos modais que podem reforçar a intermodalidade, da geração de novos empregos e do uso coerente de nossas capacidades de transportes, está a navegação de cabotagem que é o transporte realizado entre os portos de um único país. No governo atual, esse modal recebeu grande impulso por meio do projeto chamado **"BR do Mar" – Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem.** Dentre outros pontos, flexibiliza o afretamento de embarcações estrangeiras para serem usadas no transporte de cargas na cabotagem brasileira, **aumentando a competitividade, gerando melhoria na qualidade da logística oferecida aos empresários nacionais e internacionais**, dentre outros benefícios que, ao final, espera-se que impactem positivamente a queda da inflação e o poder aquisitivo da população. O projeto reúne medidas que visam aumentar de 11% para 30% a participação desse meio de transporte na matriz logística nacional, ampliando o volume de contêineres transportados para 2 milhões de Unidade Equivalente de Transporte (TEUs, em inglês) já em 2022, além de alavancar em 40% a capacidade da frota marítima dedicada à cabotagem para os próximos três anos[45].

42 Fonte: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-12/balanco-da-infraestrutura-registra-108-obras-publicas-entregues-no-ano
43 Fonte: https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transporte-terrestre_antigo/programa-de-autorizacoes-ferroviarias
44 Fonte: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-09/governo-lanca-obra-da-ferrovia-de-integracao-do-centro-oeste
45 Fonte: https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/noticias/2022/01/br-do-mar-sancionada-lei-que-institui-programa-de-incentivo-a-cabotagem-no-brasil

O Brasil detém a maior rede hidrográfica do mundo, com mais de 55 mil km^2, possuindo 12 grandes bacias hidrográficas, com rios que possibilitam navegação em inúmeros trechos. **Com a reeleição, implementar o marco legal das hidrovias[46] – Projeto "BR dos Rios"** – vem no sentido de aproveitar esse potencial, de forma integrada, otimizada e interconectada a outros modais por meio de portos especializados, ferrovias e estradas para escoamento, consumando um coerente sistema de transporte de pessoas e cargas que seja eficiente, barato e moderno. A orientação nesse setor é desenvolver soluções de curto, médio e longo prazos que possibilitem o aumento da participação da navegação de cabotagem e do uso das hidrovias na matriz de transporte nacional.

PROJETO "BR DOS RIOS" – VEM NO SENTIDO DE APROVEITAR ESSE POTENCIAL, DE FORMA INTEGRADA, OTIMIZADA E INTERCONECTADA A OUTROS MODAIS POR MEIO DE PORTOS ESPECIALIZADOS

d) Ampliar e Modernizar a Logística Nacional de Produtos e Mercadorias

A logística é responsável pelo planejamento, execução e distribuição de produtos, com ênfase no transporte e armazenamento. Busca garantir que produtos saiam e cheguem rapidamente, de maneira eficiente e com o mais baixo custo possível. Buscar eficiência nessa área complementa uma série de temas abordados neste Plano de Governo, **como aumento do poder aquisitivo do cidadão, diminuição do Custo Brasil, aumento da competitividade nacional e internacional e geração de novos empregos**, dentre outros.

A junção, por parte do atual governo, da Empresa de Planejamento e Logística (EPL) e a Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias é um exemplo de iniciativa que busca mais efetividade e precisa ter continuidade e vai ao encontro das premissas anteriores. A Infra S/A será responsável pelo planejamento e a estruturação de projetos para o setor de transportes. A empresa atuará em projetos estratégicos para transformação digital e modernização da infraestrutura; suporte para gestão ambiental e territorial de projetos de infraestrutura; prestação de consultoria sobre infraestrutura para a União, estados e municípios; e gestão do Documento Eletrônico de Transporte. Com a medida, a previsão é de que sejam economizados R$ 90 milhões em custos operacionais por ano[47].

O Governo reeleito deve perseguir os aspectos avaliados pelo Banco Mundial no que tange à Logística no mundo e sua classificação de acordo com o Índice de Desempenho Logístico (LPI, na sigla em inglês): qualidade da infraestrutura de transporte, de serviços e a eficiência do processo de liberação nas alfândegas, rastreamento de cargas, cumprimento dos prazos das entregas e facilidade de encontrar fretes com preços competitivos.

e) Ampliar e Fortalecer o Processo de Desestatização e Concessões da Infraestrutura Nacional

Liberar o Estado para que ele possa ser mais eficiente naquilo que é sua vocação foi uma das premissas do governo atual e continuará sendo no próximo mandato. Dentre as inúmeras medidas a serem adotadas com essa finalidade, a desestatização ou privatização e as concessões para o meio privado são fundamentais, assim como outras parcerias públicas de investimentos. Essa desoneração do Estado de atividades que podem perfeitamente ser exercidas por entes privados favorece que os recursos públicos (humanos, financeiros e materiais) possam ser dedicados a aspectos que aumentem o bem-estar da população e gerem valor ao cidadão. A privatização de empresas públicas não é algo trivial e demora anos, além de cada caso merecer uma abordagem técnica diferenciada. A desestatização da Eletrobras é um bom exemplo de que é possível e de que os resultados positivos são praticamente imediatos, **pois estimula a oferta de energia, a competitividade e a livre concorrência (com a ampliação e a melhoria da qualidade e a redução dos preços dos serviços) e a captação de mais investimentos para o setor**. Dentre os benefícios dessa desestatização, ainda em 2022, serão pagos **R$ 5 bilhões de reais**, destinados à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), com o objetivo de **atenuar os reajustes tarifários na conta de luz do consumidor** e subsidiar políticas setoriais.

No mesmo sentido, o governo em curso realizou uma série de leilões em diversas áreas, como infraestrutura aeroportuária, deixando com a iniciativa privada a responsabilidade por administrar de forma eficiente diversas estruturas que liberam o governo federal para focar em questões de Políticas Públicas abrangentes, que beneficiem o maior número de cidadãos. Em um mundo complexo como o que vivemos, onde a economia se estende para inúmeras áreas e as consequências de eventos fora do país repercutem cada vez mais internamente, em função da interdependência econômica mundial, observar estes aspectos demonstra responsabilidade, visão dos fatos portadores de futuro e compromisso com sua população.

Adicionalmente, o governo Bolsonaro tem trabalhado na estruturação de concessões de manutenção pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), parcerias público-privadas (PPP) de aviação regional e concessões de hidrovias, contribuindo para o equilíbrio das matrizes de transporte, aumentando a competitividade, reduzindo os preços e melhorando a qualidade dos serviços. Vale a pena citar, nesses processos, além das demais desestatizações de portos, o caso da concessão do porto de Santos, que trará maior competitividade, segurança e soluções com benefícios para a população local.

46 Fonte: https://www.poder360.com.br/governo/br-dos-rios-vai-a-congresso-ainda-em-2022-diz-infraestrutura/
47 Fonte: https://www.gov.br/pt-br/noticias/transito-e-transportes/2022/05/decreto-presidencial-autoriza-juncao-das-empresas-publicas-valec-e-epl

3.5 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

No Eixo da Sustentabilidade Ambiental, o Plano de Governo 2023-2026 do presidente Jair Bolsonaro tem como propósito central promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, com foco na qualidade ambiental como um dos aspectos fundamentais da qualidade de vida das pessoas, conciliando a preservação do meio ambiente com o desenvolvimento econômico e social.

A problemática da sustentabilidade ambiental é da mais alta relevância para todos os países no mundo e para a geopolítica, em função da urgente necessidade de se proteger os biomas e mitigar os impactos negativos da perda de espécies animais e vegetais, da degradação do ar que respiramos, da água que consumimos e muitos outros. Aqui está em jogo o futuro do planeta e da mesma espécie humana. O Brasil, em função de seu território conter grandes e diversificados biomas, tem função relevante nesse sentido.

Em síntese, por um lado, deve apoiar e participar de todas as iniciativas julgadas coerentes, realistas e socioeconomicamente viáveis para contribuir para o futuro do planeta. Por outro, deve equilibrar esses aspectos com seus valores, suas peculiaridades de biodiversidade, suas realidades econômicas regionais, respeitando-as, e seus interesses nacionais e internacionais. Além disso, a soberania de seu território deve ser fator importante nessa participação nas iniciativas internacionais sobre essa importante questão. Deverão ser contempladas tecnologias que gerem combustíveis limpos, como é o caso do hidrogênio verde, que o Brasil tem enorme capacidade de produção, e veículos elétricos e híbridos, dentre outras, para diminuição da pegada de carbono nacional, além de propiciar **soluções regionais específicas e adequadas que visem ao desenvolvimento sustentável.**

Assunto especialmente importante e caro ao Brasil, está atualmente no cerne do posicionamento e das ações estratégicas do governo e continuará sendo na gestão 2023-2026. Quando observado sob a ótica da pegada ecológica líquida e do gigantesco volume de serviços ambientais que efetivamente produz, o país tem uma posição completamente diferenciada e positiva em relação à grande maioria dos demais países com características econômicas e/ou territoriais comparáveis. O Brasil pode, inclusive, vir a se tornar um **"País Verde Desenvolvido"**, algo que a maioria dos países, tidos atualmente como desenvolvidos, não poderiam. **A questão ambiental deve continuar sendo constantemente fortalecida e seguir consolidada como tema-chave de Estado, integrada nas ações, tomadas de decisão e políticas públicas.**

Como economia verde e alternativa de investimentos de longo prazo, o Brasil pode oferecer Green Bonds (Títulos Verdes), que só podem ser usados para financiar investimentos considerados sustentáveis – como infraestrutura de energia limpa e renovável, transporte verde e projetos capazes de reduzir emissões e o consumo de água, energia e matérias-primas. Pode também atuar no mercado de **Créditos de Carbono** pela redução da emissão de gases do efeito estufa. Esses recursos podem fomentar o desenvolvimento da **"Indústria Verde"** e contribuir para o futuro do planeta, por meio da preservação do meio ambiente e estímulo do desenvolvimento sustentável, possibilitando o crescimento socioeconômico e a redução das diferenças regionais.

a) Promoção do Uso da Tecnologia e da Inovação para a Sustentabilidade Ambiental

Tecnologia e inovação fazem parte de qualquer nação que queira se inserir no contexto dos países que possuam relevância no cenário mundial. Por intermédio da sinergia desses dois termos é que se obtém, em qualquer área, seja pública ou privada, a almejada efetividade. Utilizar tecnologias já existentes, as emergentes, e se preparar para absorver as que a inovação constante aponta para o futuro é imperativo. Todavia, é complexo, pois é preciso um Plano de Governo que consiga integrar áreas distintas, como educação, pesquisa, economia e sustentabilidade, dentre outras. O uso de inteligência artificial para auxiliar na escolha de soluções ditas "ótimas" em políticas públicas é um exemplo que deve ser explorado. O governo federal fez muito na área da tecnologia e inovação e o governo reeleito deverá estimular o seu crescimento com vistas ao **uso responsável e sustentável dos recursos naturais.**

b) Fortalecimento do Controle e da Fiscalização das Queimadas Ilegais, do Desmatamento e dos Crimes Ambientais

As queimadas ilegais são assunto da mais alta importância para o governo federal. Além de serem crimes ambientais, causam enormes malefícios para o país, especialmente no que tange ao meio ambiente, sua diversidade e a necessidade de preservação de áreas indígenas e de conservação ambiental. O governo federal tem realizado enormes esforços para coibir tal prática, integrando ministérios e agências, bem como realizando, sempre que possível, a articulação com entes federativos. Em maio de 2022, a **Força Aérea Brasileira (FAB) fez o lançamento de satélites do Projeto Lessonia 1**[48]**. Os satélites Carcará 1 e Carcará 2 vão gerar imagens em alta resolução com vistas a contribuir para o monitoramento de queimadas e de desastres naturais, além do combate ao tráfico de drogas e à mineração ilegal.**

Além disso, uma parceria interministerial do governo federal realiza gestões no sentido de contratar 6 mil bombeiros que atuarão descentralizadamente em biomas que concentram incêndios e queimadas, como Pantanal, Cerrado e toda a Região Norte. Há ainda incentivo aos bombeiros voluntários com capacitação e equipamento. Iniciativas como o **Programa Floresta+,** criado para fomentar e consolidar o mercado de serviços ambientais, reconhecendo e valorizando atividades ambientais realizadas e incentivando sua retribuição monetária e não monetária deve ser ampliado e incentivado.

48 Fonte: https://www.gov.br/aeb/pt-br/assuntos/noticias/lancados-os-primeiros-satelites-do-projeto-lessonia

Sabe-se que dependendo do tipo de parâmetro, do tipo de leitura de dados, das estatísticas utilizadas e da tecnologia de imagens adotadas, dentre outros fatores, os resultados podem ser extremamente díspares.

Para este Plano de Governo, é fundamental, **até para que o assunto tenha a necessária transparência**, que seja determinado o desenvolvimento de metodologias que consolidem as bases de dados e harmonizem os resultados no sentido de balizar as políticas públicas contra queimadas de maneira mais assertiva. O documento também estimula que constem nos calendários dos ministérios e das agências que atuam em regiões onde existem maior incidência de queimadas **ações coordenadas periódicas a fim de auxiliar na mitigação desse problema.**

O governo federal tem atuado fortemente e com contundência contra os crimes ambientais e demais crimes associados. Lançada em junho de 2021, a **Operação Guardiões do Bioma**, com 6 bases fixas em locais estratégicos na Amazônia, é dividida em dois eixos: **combate às queimadas e incêndios florestais; e desmatamento ilegal**. A ação é um novo paradigma na repressão dos crimes ambientais e apresenta resultados expressivos. Uma ação interministerial e interagências do governo federal, que representa um esforço inédito de integração entre instituições, com atuação no Pantanal, Cerrado e Amazônia.

A primeira fase do eixo de **Combate aos incêndios florestais** foi lançada em 1º de julho de 2021 e terminou em 31 de janeiro de 2022. Contou com efetivo de mais de 8 mil profissionais no combate a 18,3 mil focos de incêndios florestais e 7 mil crimes ambientais. Foram 3.853 ações preventivas, 1.607 multas aplicadas e 137 maquinários apreendidos, além de 1.580 animais resgatados nos 11 estados brasileiros. Também contou com 5.848 m^3 de madeira apreendida, o equivalente a 204 contêineres cheios.

O segundo eixo, o de **Combate ao desmatamento ilegal**, foi lançado em

9 de março de 2022 e tem previsão de término em 08 de março de 2023. O investimento de R$ 170 milhões, por parte do governo federal, é destinado à instalação de seis bases operacionais multiagências em locais estratégicos do Pará, Amazonas e Rondônia. Em cada estrutura, helicópteros permitem atuação mais célere, mediante alertas qualificados de desmatamento, produzidos pelo Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam). Atuam ainda a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional de Segurança Pública, Seopi, Funai, Ibama e ICMBio.

Entende-se que na gestão 2023-2026 é necessário dar continuidade e ampliar esta operação para todos os biomas, além de promover ações de prevenção de incêndios, por meio da ampliação do número de brigadistas e do desenvolvimento de programas de brigadas voluntárias.

c) Fortalecimento dos Incentivos Positivos para a Promoção de Modelos Produtivos Sustentáveis

As políticas de comando e controle, ainda que tenham um caráter incontestável na coação dos atos ilícitos, são limitadas e não têm como função alterar de modo estruturante a dinâmica de uso e ocupação desordenada em algumas regiões. Dessa maneira, é necessário **atuar com medidas positivas que influenciem novas dinâmicas e incentivem modelos produtivos sustentáveis**. O Pagamento por Serviços Ambientais é mais uma ação importante e considerada estruturante, com a viabilidade de ações positivas e geração de emprego e renda voltados à sustentabilidade. O governo federal criou o **Programa Floresta+, que tem por diretriz incentivar a retribuição monetária e não monetária pelas atividades de melhoria, conservação e proteção da vegetação nativa; e estimular ações de prevenção de desmatamento, degradação e incêndios florestais por meio de incentivos financeiros privados**. Também temos a Lei nº 14.119/2021, que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, promovendo esteio para a consolidação de incentivos para aqueles que protegem a vegetação nativa.

Para o governo reeleito, os próximos passos desta agenda devem envolver a consolidação de ferramentas e instrumentos que permitam trazer escala ao mercado de serviços ambientais, como o desenvolvimento de plataformas digitais que tragam transparência para os participantes deste mercado. O mercado de carbono também possui papel importante para trazer viabilidade econômica a projetos que visam à redução de emissões e à conservação e à recuperação das nossas florestas.

d) Fortalecimento e Ampliação das Políticas de Promoção do Verde e do Desenvolvimento Sustentável

O desenvolvimento sustentável é um objetivo do Estado. Envolve áreas diversas, como economia, infraestrutura, educação, saúde e muitas outras. Todavia, **esse desenvolvimento precisa seguir parâmetros importantes, respeitando o conceito de meio ambiente, social e governança**. A geração de valor econômico nos projetos governamentais deve seguir esse parâmetro, dentre outros. A geração de energia renovável é um excelente exemplo do que se busca. Nos últimos 12 meses, a contar de fevereiro de 2021, a geração eólica cresceu mais de 20%, e a geração solar, mais de 60%[49]. Na mesma direção, o decreto nº 10.946/2022, que dispõe sobre o uso dos espaços físicos para a instalação de empreendimento de geração de energia elétrica offshore, promove, dentre outros aspectos, o desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento local e o regional, preferencialmente com ações e atividades econômicas que reduzam a desigualdade e promovam a inclusão social, a diversidade e a evolução tecnológica. Projetos como esses estão alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Social (ODS)[50] da ONU e com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e foram perseguidos na elaboração do Plano de Governo.

Considerando ainda as características da matriz energética e elétrica brasileira, baixa intensidade de carbono da economia e o potencial latente de avançar muito em todos esses aspectos, é natural considerar que a estratégia de desenvolvimento da economia e da sociedade brasileira deve seguir completamente alinhada com o crescimento verde e o desenvolvimento sustentável, alavancando definitivamente o país, que já é uma potência ambiental, como a **grande potência econômica verde mundial.**

Para tanto, na gestão 2023-2026, o governo Bolsonaro buscará **acelerar o desenvolvimento de uma sorte de ações de redução e mitigação de gases de efeito estufa e uso racional de recursos naturais.** Continuando com a consolidação do mercado de carbono, avanços **das eólicas *offshore*, que têm potencial de geração equivalente a 50 usinas de Itaipu na costa do país, do biogás e biometano em substituição aos fósseis, do hidrogênio verde e de baixa intensidade de carbono, da industrialização verde, da produção de bioinsumos e bioadubos** e toda uma gama de ações de realização do potencial de ampliação de energias limpas e renováveis para uma matriz ainda mais limpa, **com a geração de volumes significativos de produção excedente que viabilize a exportação de energéticos verdes nas suas mais diversas formas ou agregados em produtos nacionais**, ampliando desta forma a preservação no país, a geração de novos postos de trabalho verde, a atuação do Brasil como provedor de soluções climáticas e se estabelecendo como líder mundial em uma cadeia de fornecimento global verde. Fomentando, assim, crescimento econômico, justiça ambiental e bem-estar social.

Finalmente, o governo do Presidente Bolsonaro no seu segundo mandato assumirá um compromisso firme com as iniciativas da Década da Restauração, que é um programa liderado pela Organização das Nações Unidas, que vai de 2021 a 2030, e foi proclamado em 2019.

A Década da Restauração tem como propósito deter a degradação de ecossistemas e restaurá-los para alcançar os objetivos globais. Visa prevenir, interromper e reverter a degradação dos ecossistemas em todos os continentes e oceanos. Pode ajudar a erradicar a pobreza, combater as mudanças climáticas e prevenir uma extinção em massa. Só terá sucesso se cada um desempenhar seu papel.

Dentro desse Programa, foram incorporadas no Plano de Governo 2023-2026 ações e iniciativas como o redirecionamento de incentivos fiscais e fluxos financeiros para promover a restauração até a realização de pesquisas sobre restauração em ambientes terrestres e marinhos, construção da capacidade técnica de profissionais de restauração e o monitoramento específico do progresso da restauração. O Programa também incluirá o fortalecimento da Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa – Proveg e do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa – Planaveg.

e) Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas e Quilombolas

Os indígenas e os quilombolas são parte importante da população brasileira. Enquanto populações tradicionais que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e sua subsistência e desenvolvimento socioeconômico, **devem ser respeitados em sua culturalidade e tradições características, desde que não impliquem em violação de direitos humanos**.

Nesse sentido, o **Etnoturismo**, a comercialização de artesanatos, o extrativismo sustentável com o necessário manejo florestal, criadouros, pecuária, agricultura e mineração, infraestrutura (energia, internet, transporte, saúde, educação, segurança, regulamentação, investimentos e outros aspectos) precisam e devem ser analisados para que se tornem uma realidade permanente para essas populações.

Entre as principais ações de **etnodesenvolvimento** – termo que compreende o respeito à autonomia e à autodeterminação das Comunidades Indígenas – realizadas pela **Fundação Nacional do Índio (Funai)** no atual governo, destaca-se o investimento de R$ 10 milhões no suporte a atividades produtivas nas aldeias e do apoio à psicultura, roças de subsistência, confecção de artesanato, produção agrícola, casas de farinha, casas de mel, etnoturismo – turismo em terras indígenas, entre outros.

f) Promoção da Pesca Sustentável

Com a implantação do Sistema de Solicitação das Águas da União,

49 Fonte: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-02/mme-eolica-e-solar-somadas-tem-2a-maior-posicao-na-matriz-energetica
50 Fonte: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs

100% digital, a Lei nº 14.011/2020 regulamentada pelo Decreto nº 10.576/2020 desburocratizando e ampliando os empreendimentos, foram definidas 225 novas áreas de Águas da União (espaços físicos em corpos de água de domínio da União para a prática da aquicultura) para implantação de empreendimentos aquícolas. No que tange à modernização da aquicultura e pesca, 22 serviços voltados ao setor aquícola e pesqueiro foram digitalizados e disponibilizados no GOV.BR. **Foram emitidas 275.000 carteiras de pesca amadora.**

Foi revisitado o sistema normativo, com a publicação de 62 novas normas. Destaca-se a melhoria da qualidade do pescado brasileiro para os mercados nacional e internacional com a publicação da IN MAPA nº 57/2019 e da Portaria SAP/MAPA nº 310/2020 que estabelecem os critérios higiênico-sanitários de embarcações pesqueiras de produção primária destinada ao processamento industrial. Foi realizada a 1ª concessão de terminal pesqueiro público brasileiro, em Cabedelo/PB. Foi **desenvolvido novo sistema para cadastramento e recadastramento de pescadores profissionais. A expectativa para 2022 é atingir 800.000 pescadores.**

As principais projeções para 2022 envolvem a **concessão de 08 Terminais Pesqueiros Públicos (TPP) beneficiando cerca de 59 mil pescadores artesanais e 600 pescadores industriais** com produção que pode chegar a mais de 54 mil t de pescado/ano, aumento da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva do pescado e geração de 2.417 empregos diretos e indiretos, regularizar 180 áreas aquícolas com capacidade de produção de até 160.000 t, com possibilidade de ampliação de 1.600 empregos diretos e 6.440 indiretos.

Destacam-se a revisão da INI MPA/MMA Nº 10/2011, que é a principal norma para quem exerce a pesca no país, e a Modernização do Programa de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras – PREPS com a visualização na plataforma Global Fishing Watch, baseada em inteligência artificial que promoverá a transparência de dados e ampliará o reconhecimento internacional do país no combate à pesca ilegal, não reportada e não regulamentada. **A consolidação dessas iniciativas no próximo governo criará condições para o crescimento dessa importante atividade econômica.**

g) Promoção da Saúde Animal

Com a alteração da Lei de Proteção dos Animais, **animais domésticos** também passaram a ser mais protegidos pela Lei nº 14.064/2020, que veio para aumentar as penas cominadas ao crime de maus-tratos aos animais quando se tratar de cão ou gato.

h) Promoção e Fortalecimento da Justiça Ambiental

Ao tratar o meio ambiente, deve-se considerar o que prega a Constituição Federal em seu Art. 225. "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações."; somado ao conceito internacionalmente reconhecido de justiça ambiental que prega o **tratamento justo e o envolvimento significativo de todas as pessoas,** independentemente de raça, cor, nacionalidade ou renda, no que diz respeito ao desenvolvimento, à implementação e à aplicação de leis, regulamentos e políticas ambientais **(tratamento justo significa que nenhum grupo de pessoas deve arcar com uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas resultantes de operações ou políticas industriais, governamentais e comerciais).**

Dessa forma, entende-se que o governo deve buscar propiciar os meios para que **todo brasileiro possa ter garantido seu desenvolvimento e qualidade de vida através da utilização racional dos recursos naturais, equilibrando desenvolvimento econômico com qualidade ambiental e mitigando as desigualdades socioeconômicas**, inclusive com a o efetivo tratamento justo para todos os grupos de pessoas.

i) Defesa, Proteção e Promoção do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia

Por ser um bioma especial em nosso território, na medida em que ocupa cerca de 59% do território brasileiro e se insere nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, recebeu neste Plano de Governo um espaço diferenciado. Delimitada em consonância ao Art. 2º da Lei Complementar nº 124, de 03 de janeiro de 2007, a Amazônia Legal[51] foi instituída com o objetivo de definir a delimitação geográfica da região política de atuação da SUDAM como finalidade promover o desenvolvimento includente e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional. A região é composta por 772 municípios, que não estão apenas na área definida pelo **bioma Amazônia – que ocupa cerca de 49% do território nacional.** Engloba também outros biomas, como os do cerrado de parte dos estados de Roraima, Rondônia e Tocantins na região Norte, do Estado de Mato Grosso na região Centro-Oeste e a mata de cocais e cerrado do Estado do Maranhão na região Nordeste.

Se, por um lado, ela possui riquíssimos recursos naturais, muitos deles fundamentais para parte expressiva do mundo, por outro, é alvo de cobiça estrangeira e palco de crimes, notadamente ambientais, que devem ser coibidos com firmeza. Além disso, pode contribuir muito mais para a matriz econômica brasileira, desde que respeitadas suas peculiaridades ambientais, culturais e étnicas. A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) possui projetos customizados para a região amazônica e que permitem o desenvolvimento regional.
Essa e outras iniciativas devem ser objetos de ampliação e melhoria no próximo governo Bolsonaro, promovendo o desenvolvimento

51 Fonte: https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e

socioeconômico regional. A regularização fundiária e a concessão de florestas para a iniciativa privada contribuirão para a exploração racional e sustentável da Amazônia.

I. Soberania

A Amazônia brasileira é um patrimônio da Nação brasileira. A soberania brasileira é inquestionável e inegociável. Todos os esforços devem ser feitos para vivificar ainda mais essa região, sempre com responsabilidade socioeconômica e tendo como referência o desenvolvimento sustentável, o respeito às populações tradicionais e sua cultura, sem deixar de melhorar o bem-estar de toda a população que lá vive. O mesmo conceito de soberania da Amazônia brasileira deve ser aplicado aos recursos naturais, incluindo os biológicos, advindos da fauna e da flora, e minerais, incluindo a água e outros minérios e riquezas do subsolo. Políticas públicas regionalizadas devem ser propostas para se juntar com as existentes a fim de propiciar, no mais curto prazo possível, condições que beneficiem a população, facilitando o deslocamento, o monitoramento e apoio àquela complexa região do Brasil.

II. Economia Regional

Todos os biomas merecem atenção nesse tema; todavia, em função das peculiaridades amazônicas, incentivar a economia naquela região deve ocorrer de modo a promover cultura e não prejudicar o ecossistema e suas diferentes populações. Programas que incluam projetos onde os maiores beneficiários sejam os habitantes locais são prioritários. O fomento à economia customizada deve levar em consideração aspectos da vida rotineira do amazônida, como pesca esportiva, visitas guiadas aos parques ambientais, turismo sustentável e que mostre as belezas e características únicas do bioma como forma de aportar recursos à região, bem como apresentar às pessoas de fora (nacionais e estrangeiros) o que é a Amazônia, suas potencialidades e suas realidades. Deve-se promover a capacitação **no sentido de abrir novas possibilidades de empreendedorismo individual e coletivo na região,** com assessoria técnica e fomento, para a fabricação de produtos competitivos, atrativos e que gerem renda, orgulho e bem-estar para seus habitantes, por meio de estratégias de desenvolvimento regional.

III. Combate aos Crimes Nacionais e Transnacionais

As peculiaridades amazônicas são inúmeras. Algumas delas favorecem a ocorrência de ilícitos. **A imensidão geográfica, a cobertura vegetal densa e de difícil trânsito, em função da falta de rodovias e aeródromos, os incontáveis rios e igarapés e dificultam a fiscalização, mesmo com modernos meios tecnológicos**. Riquezas minerais, biológicas e culturais são objeto de cobiça por séculos. O Governo Federal tem buscado, por meio de ministérios e agências, em coordenação com os estados, coibir os crimes nacionais e transnacionais. **Operações interagências, como a Verde Brasil 2,** devem ser estimuladas. Somente em 6 meses, foram realizadas 183 prisões em flagrante, apreendidos 178 mil m³ de madeira ilegal, além de 26 mil armas e munições ilegais, foram aplicadas multas por crimes ambientais que ultrapassam 1,79 bilhões de reais e foram embargados 99 mil hectares de terra[52].

No fim de junho de 2022, autoridades da segurança pública de 11 nações sul-americanas se reuniram no Palácio da Justiça, em Brasília, no evento "Unidos Contra o Crime Organizado Transnacional - 1º Encontro Ministerial". A iniciativa do governo brasileiro teve o intuito de discutir proposições entre os países da América do Sul em prol do combate ao crime organizado transnacional. Na ocasião, foi assinada a Declaração de Brasília, que instituiu, pela primeira vez, uma aliança estratégica regional contra o crime organizado transnacional. Também houve a assinatura de acordos de cooperação bilateral do Brasil com a Guiana e o Equador, além de uma declaração conjunta com a Colômbia para reforçar o que foi debatido no encontro.

O governo Bolsonaro adotou medidas para atuar fortemente e com contundência contra os crimes ambientais e demais crimes associados, com a **Operação Guardiões do Bioma**.

Na gestão após a reeleição, é necessário trazer continuidade a esse esforço de proteção, ampliando

52 Fonte: https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/seguranca/audio/2020-11/operacao-de-combate-crimes-ambientais-na-amazonia-legal-e-prorrogada

o número de bases na Amazônia e tornando-as fixas e permanentes, promovendo a efetiva presença do Estado, coibindo assim todo e qualquer crime em regiões onde atividades como o narcogarimpo e a lavagem de dinheiro são predominantes. Tudo visando à proteção e segurança dos habitantes daquela região e do Brasil como um todo.

3.6 GOVERNANÇA E GEOPOLÍTICA

No Eixo da Governança e da Geopolítica, o governo do presidente Jair Bolsonaro terá como propósito central modernizar e aprimorar a governança pública, com foco no enfrentamento eficaz dos grandes problemas que a sociedade brasileira enfrenta, na promoção do desenvolvimento humano e sustentável da população e na melhoria do ambiente de negócios, garantindo a soberania e promovendo os interesses nacionais.

Governança vem se tornando uma importante ferramenta para direcionar as realizações que se pretende no poder público. Ela estabelece aspectos como a direção a ser seguida, fundamentada em evidências e tendo como balizador o interesse da sociedade. Uma boa estratégia para disseminação da governança requer a existência de um centro de governo eficaz, forte e coeso, que possa apoiar diretamente o Chefe do Poder Executivo no gerenciamento integrado de todo o governo. Esse gerenciamento abrange toda a estrutura do Poder Executivo, bem como a integração com os governos locais. Além disso, necessita de ferramentas e ações como integridade, transparência, ética, metas e monitoramento para verificar sua efetividade e, quando for o caso, alterar rumos a fim de atender a população com eficiência, economicidade e tempestividade.

a) Fortalecimento da Promoção da Integridade e do Combate à Corrupção

A integridade e o combate à corrupção foram um dos carros-chefes do governo de 2019-2022. Foram coibidas práticas que denotassem falta de cuidado com a coisa pública. Uma prova disso é o resultado das empresas públicas desde o início do governo de Jair Bolsonaro, quando apresentaram lucro de 109,1 bilhões de reais em 2019[53]. O valor é 53% maior do que o lucro verificado em 2018, além de ser o maior resultado desde 2008. A ampliação, **a consolidação e a priorização das estruturas de controle interno em todas as áreas** serão uma prioridade para coibir e evitar desvios no trato da coisa pública.

O presidente Jair Bolsonaro assinou em 27 de julho de 2021 o Decreto nº 10.756, que instituiu o **Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal** (SIPEF), com o objetivo de aprimorar a efetividade dos programas de integridade dos órgãos federais e ampliar a prevenção de atos de corrupção. **Nesse governo, alcançamos 100% dos 186 órgãos do Poder Executivo Federal com suas Unidades de Gestão da Integridade instituídas e seus Planos de Integridade aprovados**.

Em 2020, a Controladoria-Geral da União (CGU) deu início a alguns estudos com a OCDE sobre a integridade pública. Em dezembro de 2021 foi lançado o relatório que concluiu o estudo com recomendações para o aperfeiçoamento do papel das Unidades de Gestão da Integridade e ao fortalecimento do **SIPEF**.

Para o futuro, esperamos o resultado do ***Peer Review* de Integridade Pública** – a OCDE está fazendo a avaliação de integridade pública do Brasil –, que possibilitará a adesão formal do país à Recomendação de Integridade Pública do Conselho da OCDE. Essa Recomendação é, hoje, o maior referencial de desenvolvimento e implementação de políticas de integridade pública, em prol de uma cultura de integridade nos governos e administrações públicas.

Outra iniciativa bastante relevante foi o lançamento em 2020, pelo Presidente da República, do **Plano Anticorrupção**, cujo objetivo é estruturar e executar ações para aprimorar os mecanismos de prevenção, detecção e responsabilização por atos de corrupção que estejam no âmbito de competência do Poder Executivo Federal. São 153 ações previstas até 2025 e, destas, 72 ações já foram entregues até junho de 2022. Das ações entregues, ressalta-se o Decreto nº 10.571/20 – E-Patri – que regulamenta a análise sistemática de evolução patrimonial dos servidores públicos do Poder Executivo Federal e o Decreto nº 10.889/2021 – Transparência de Agendas das Autoridades Públicas, que traz, além da agenda regular das autoridades públicas, informações sobre interações com representantes de interesses (profissionais de agentes de relações institucionais e governamentais ou não). Para o governo após a reeleição, ações importantes a serem entregues serão a implementação da Estratégia Federal de Integridade Pública e o estudo para propor regras de transparência dos beneficiários finais de recursos públicos.

Houve aumento expressivo dos **acordos de leniência celebrados** no governo Bolsonaro. Nos anos 2017/2018, foram 06 acordos celebrados, e entre 2019 até junho 2022 foram 13 acordos celebrados. Mesmo a Lei nº 12.846 – Lei Anticorrupção – sendo de 2013, os primeiros acordos somente foram assinados em 2017. Além disso, atualmente existem 26 propostas de acordos em negociação, demonstrando a credibilidade desse instituto, além da sua importância na recuperação do dinheiro da corrupção. Dos 19 acordos firmados, temos mais de 15 bilhões de reais em valores acordados, sendo que **cerca de 6,2 bilhões de reais já retornaram para os cofres públicos.**

No âmbito da responsabilização de empresas, houve aumento expressivo do número de Processos Administrativos de Responsabilização (PAR). Entre 2015 e 2018, foram concluídos 250, e o total de multas foi de cerca de 10,7 milhões de reais. **De 2019 a junho de 2022, foram concluídos 435 PAR e o valor das multas chega a cerca de 320,8 milhões de reais**. No mesmo período, foram aplicadas 1.777 sanções expulsivas de servidores públicos federais.

53 Fonte: https://www.infomoney.com.br/economia/empresas-estatais-brasileiras-lucram-r-1091-bilhoes-em-2019-alta-de-53-e-maior-valor-desde-2008/

Medidas como essas foram incentivadas e destacadas no Plano de Governo, inclusive com o uso de tecnologias modernas que possam, em curtíssimo prazo, sinalizar anomalias que mereçam estudo mais aprofundado se correspondem a atos de corrupção.

b) Gestão de Pessoas e Valorização do Servidor

O comprometimento do servidor motivado no trato com a coisa pública e em bem servir o cidadão, aliado às medidas de controle e integridade ampliarão a eficiência na prestação dos serviços. Um marco na gestão de pessoas foi a publicação do decreto nº 11.072/22, que instituiu o Programa de Gestão e Desempenho (PGD) da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, disciplinando o desenvolvimento e a mensuração das atividades realizadas pelos seus participantes, com foco na entrega por resultados e na qualidade dos serviços prestados à sociedade, criando condições para o trabalho remoto (teletrabalho) pelos servidores, condicionado à compatibilidade com as atividades a serem desenvolvidas pelo agente público e à ausência de prejuízo para a administração.
Com a manutenção da responsabilidade fiscal, com o aumento da efetividade nos gastos públicos e com as reformas estruturantes, em especial a administrativa, **o Plano de Governo priorizou continuar valorizando o servidor**, com o objetivo de gerar maior comprometimento e envolvimento do mesmo com as instituições e com a melhoria dos resultados, de forma a também aumentar a eficiência na prestação dos serviços pelo Estado, de forma humanizada. A redução de gastos decorrentes da pandemia, o aumento da produtividade e a maior oferta de serviços digitais para a população favorecerão a implementação de reposições salariais aos servidores.

Motivar os quadros existentes e atrair talentos será obtido ao se valorizar a experiência do servidor, compreendendo sua relação com a escolha em servir público. O **aperfeiçoamento dos seus planos de cargos e salários** será um dos meios

de incentivar o servidor, assim como o reconhecimento de seus talentos, suas potencialidades e a realização de suas promoções por mérito, fruto de avaliações que incentivem o cumprimento de metas. Além disso, a qualificação dos servidores, por meio do **incentivo e da criação de oportunidades para capacitação técnica e aperfeiçoamento profissional de cada um**, proporcionando o seu crescimento profissional.

c) Compromisso com a Transparência

Os dados divulgados no **Portal da Transparência** são provenientes de diversas fontes de informação, entre as quais estão os grandes sistemas estruturadores do Governo Federal – como o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape) –, as bases de benefícios sociais, as faturas de Cartão de Pagamentos do Governo Federal, as bases de imóveis funcionais, entre diversas outras. Uma vez carregadas no portal, as informações são disponibilizadas para conhecimento do cidadão de diversas formas, como: painéis, consultas detalhadas, gráficos e dados abertos. **Um exemplo importante em tempos de pandemia, onde o site do Ministério da Saúde**, por meio do departamento de informática do **Sistema Único de Saúde (DATASUS)**[54]**, disponibiliza informações que podem servir para subsidiar análises objetivas da situação sanitária**, além de serem disponíveis ao cidadão, tomadas de decisão baseadas em evidências, elaboração e acompanhamento de programas e ações em saúde.

A transparência garante a todo cidadão, ao pesquisador ou ao jornalista, dentre outros, a facilidade e a possibilidade de verificar o que o governo está fazendo. Deve ser estimulada ao máximo em um governo que já se mostrou ético e continuará nessa direção como algo inegociável, que combate a corrupção e não tem medo de mostrar seus atos, todos baseados nos marcos regulatórios. Esse conjunto de ações vai ao encontro da conformidade, da segurança jurídica e da eficiência na gestão de recursos. Além disso, demonstra o compromisso do governo Bolsonaro em se manter sempre dentro das "quatro linhas". Abrange, dentre outros aspectos: o panorama do Governo Federal; as despesas públicas; as áreas de atuação do governo; os servidores públicos; a rede de transparência; e os dados abertos.
Tal iniciativa deve, portanto, ser

54 Fonte: https://datasus.saude.gov.br/acesso-a-informacao/

estimulada, inclusive com o uso intensivo de tecnologias, para que a população tenha acesso a esses e outros dados que propiciem transparência até mesmo de seus celulares. A CGU, por sua missão institucional, deve ser protagonista nesse processo. O importante para que essa diretriz de transparência seja uma marca da gestão 2023-2026, como foi na anterior, de maneira ainda mais coordenada, é o direito de o cidadão saber o que o governo realiza e faz. Deverão, portanto, ser aperfeiçoados os mecanismos de transparência para emprego dos recursos federais pelos entes subnacionais, já que, ao final, o objetivo de todos é sempre o mesmo: beneficiar a população. Ela é o nosso cliente, patrão e motivo de ser do Estado.

Foram implementadas, no Portal da Transparência, consultas do Auxílio Emergencial e Gastos com a Pandemia (2020 e 2021), o que aumentou em 4 vezes a demanda regular sobre o Portal de Transparência – **mais de 22 milhões de acessos só em 2021**. Além disso, houve a abertura de novas bases nesse governo: 1 milhão de aposentados, pensionistas, militares da reserva e reformados (9,5 bilhões de reais mensais), 180 mil notas fiscais eletrônicas (8,75 bilhões de reais), além dos **68 milhões de pais e mães beneficiários do Auxílio Emergencial de pelo menos R$ 600,00 (as mães chefes de família receberam parcelas de R$ 1.200,00), todos atendidos em um tempo de até dois meses após a pandemia atingir o Brasil,** e dos demais gastos com a pandemia da Covid-19. Em 2023, teremos o **novo Portal Brasileiro de Dados Abertos**, a fim de implementar funcionalidades que permitam melhor gestão da política, que estimulem o reuso dos dados e fortaleçam as comunidades de usuários.

O **Painel Lei de Acesso à Informação (LAI),** ferramenta desenvolvida pela CGU e implementada no governo Bolsonaro para facilitar o acompanhamento do monitoramento de seu cumprimento pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, disponibiliza informações sobre a quantidade de pedidos e recursos registrados, cumprimento de prazos, perfil dos solicitantes, omissões, **transparência ativa,** entre outros aspectos. É possível comparar dados de órgãos e entidades com a média do Governo Federal e da categoria da entidade pesquisada. Além de pesquisar e examinar indicadores de forma fácil e interativa.

d) Compromisso com a Ética na Gestão Pública Federal

As Comissões de Ética Pública (CEP) atuam como instâncias consultivas do Presidente da República e dos Ministros de Estado em matéria de ética pública, e é responsável por administrar a aplicação do Código de Conduta da Alta Administração Federal (CCAAF) e dirimir dúvidas acerca da interpretação, tanto das normas do CCAAF quanto do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Intimamente ligado à transparência, deve ser ponto de honra do governo no novo ciclo da gestão que se inicia. Por meio dele, devem ser coibidos atos em desacordo com o que se espera de um servidor público e, principalmente, do que a população espera. **É inadmissível que condutas que não se baseiem na ética sejam praticadas.** Para isso, deverá existir maior coordenação entre os entes que realizem essa fiscalização, workshops, relatórios e intensa campanha explicando o que é admissível e o que não é.

e) Fortalecimento do Planejamento e Monitoramento da Gestão Pública Federal

Sem a existência de metas, indicadores e direcionadores, bem como metodologias adequadas para sua aferição, **não é possível que o governo verifique se e como suas políticas públicas, programas, projetos e outras ações estão em andamento, ou se foram iniciadas ou concluídas**. A gestão 2023-2026 deve ter em seu escopo a obrigatoriedade da existência de metas, de mecanismos tecnológicos para o acompanhamento e monitoramento, preferencialmente em tempo real, do que foi prometido e do que está sendo realizado.

O **planejamento estratégico**, alinhado com as políticas de Estado e de governo, são condições imprescindíveis para a eficiência na implementação das políticas públicas e sua medição. Nos casos em que exista problemas para a realização, é fundamental se conhecer a razão pelo atraso ou pela não-execução, assim como a implantação de medidas mitigadoras de compensação. Tudo com a finalidade de propiciar transparência e obrigar cada ministério e instituição a acompanhar de perto o andamento de suas políticas públicas, programas, projetos e outras ações.

f) Política Externa e Defesa Nacional

O Brasil ocupa uma posição de grande relevo na comunidade internacional. O País se destaca como defensor histórico de uma **ordem global multipolar, alicerçada no direito internacional e centrada na Carta das Nações Unidas.**

O Brasil constitui **parte incontornável da solução dos principais desafios do planeta**, tais como a segurança alimentar, a mudança do clima, a saúde global, a segurança energética, o desenvolvimento sustentável, o crescimento econômico robusto e duradouro e a geração de bem-estar.

Esse perfil se revela tanto na trajetória da participação do Brasil nos organismos internacionais como em suas relações bilaterais com ampla gama de países. Essa **vocação universalista** da nossa diplomacia se expressa no fato de ser o Brasil um dos poucos países do mundo a manter relações diplomáticas com todos os membros da Organização das Nações Unidas (ONU). Além disso, o Brasil é membro de diferentes agrupamentos de países, voltados ao enfrentamento de desafios políticos e econômicos globais, tais como o BRICS e o G20.

Em temas de paz e segurança internacional o Brasil tem contribuído com tropas e equipamentos para operações de paz da ONU desde 1956, além de ser o país que, ao lado do Japão, cumpriu o maior número de mandatos como membro eleito do Conselho de Segurança das Nações Unidas, exercendo atualmente essa função pela 12ª vez (2022-2023).

Nos temas de meio ambiente, mudança do clima e segurança alimentar, o Brasil tem a condição singular de ser ao mesmo tempo **um dos maiores produtores agrícolas do mundo**, responsável pela segurança alimentar de 1 bilhão de pessoas, o **detentor da maior cobertura florestal nativa**, submetida a uma rigorosa legislação de preservação, e **dono de um mix energético dentre os mais limpos no mundo**, superior ao de quase todas as nações avançadas.

A política externa é a conjugação de objetivos e meios, notadamente políticos e diplomáticos, que o Brasil emprega para se relacionar com o sistema internacional. É fundamental que seja bem delineada e siga parâmetros claros, a fim de comunicar às demais nações o posicionamento brasileiro diante de assuntos que vão desde alianças, conflitos e negociações de paz, até acordos econômicos bilaterais ou multilaterais. A política externa deve estar alinhada aos parâmetros da Constituição Federal, como democracia, liberdade de expressão e liberdade econômica, dentre outros.

Ampliando os planos de investimento e melhoria das capacidades das Forças Armadas, a **Defesa**, campo importante das relações internacionais, **além de alinhada com a política externa, deve servir de indutora para assuntos como domínio de tecnologia de ponta por meio de projetos estratégicos**; compor a política dissuasória do País diante de potenciais ameaças; e **participar de acordos e operações internacionais**, notadamente aqueles que busquem a paz, como as missões patrocinadas pela ONU.

I. Democracia, Soberania, Universalismo e Equilíbrio

O Governo do Brasil tem primado por defender e promover o regime democrático. Assim, nada mais natural do que a busca por cooperação com outras democracias, o que torna ainda mais coerente a promoção da liberdade nas suas mais variadas formas, da transparência e dos direitos humanos para todos.

Buscou-se, portanto, no mandato 2019-2022, interação robusta com nações democráticas, em equilíbrio com nossa vocação universalista, com a **soberania nacional** e com o primado constitucional do Direito Internacional. Isso fortalece a reputação internacional do Brasil como democracia consolidada. Para o próximo mandato, será buscada interação ainda maior com países que defendam e respeitem valores que são caros aos brasileiros e se encaixem no ambiente democrático, como **eleições livres e transparentes; liberdade de associação; de opinião e de imprensa; segurança jurídica; igualdade e respeito aos poderes constituídos e sua independência constitucional.**

O Brasil continuará buscando, ao mesmo tempo, dentro do conceito **universalista de nossa política externa,** mercados, fontes de investimento e parcerias de cooperação com países de todo o mundo, sobretudo com os que tenham maior capacidade de contribuir para o desenvolvimento nacional; com aqueles com quem mantemos tradicionalmente fortes laços culturais e históricos; e com nosso entorno geográfico nas Américas e no Atlântico Sul.

Nessa direção foi trilhado o Plano de Governo, reforçando conceitos democráticos, atraindo investimentos e tecnologia de ponta, promovendo e diversificando relações econômicas e incrementado o relacionamento de Estado com países que comunguem desses mesmos princípios. O processo de acessão plena à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) vem ao encontro desses objetivos.

II. Parcerias Econômicas e Comerciais

As parcerias econômicas, bilaterais ou multilaterais, são fundamentais para que o Estado ofereça bem-estar à população, inclusive propiciando a necessária liberdade econômica, para viabilizar transações comerciais que beneficiem aspectos importantes do desenvolvimento, como inflação baixa, câmbio favorável à industrialização e diversificação produtiva de bens e serviços, acesso a tecnologia de ponta e composição positiva da balança comercial brasileira.

As parcerias externas do Brasil devem coadunar-se com as diretrizes e objetivos da política econômica, **com foco na geração de emprego, na diversificação produtiva e exportadora, e no crescimento da economia com base na liberdade de empreendimento.** Devem ter impacto positivo no campo de microeconomia, na medida em que ajudem os produtores de bens e serviços a desenvolverem seus negócios.

Com base nas realizações do mandato 2019-2022, serão **ampliados e aperfeiçoados os mecanismos existentes,** enquanto se viabilizam outros ainda mais ambiciosos. Em função dos avanços e transformações do cenário econômico internacional, como a digitalização, o mercado de blockchain, a nova fase da revolução industrial 4.0, a realocação geográfica de cadeias produtivas e um amplo leque de recursos energéticos abundantes (petróleo e gás, nuclear, hidrelétrico, solar, eólico e biocombustíveis), serão criadas condições **para atrair investimentos internacionais que auxiliem no desenvolvimento econômico, na geração de empregos e no bem-estar social.**

III. Redução das Dependências Externas

Em um mundo altamente conectado, é natural que os países não sejam capazes de produzir tudo o que necessitem na velocidade das demandas.

Cabe ao Estado compreender quais aspectos de sua economia devem ter seu ciclo ou cadeia produtiva dominado internamente, com redução das dependências e vulnerabilidades externas e ao Governo implementá-los. E no caso de dependência, identificar quais são as alternativas internas e externas para substituição na eventualidade de baixa oferta externa.

Os recentes cenários de tensão socioeconômica e geopolítica, como a pandemia e o conflito entre a Federação da Rússia e a Ucrânia, demonstram os riscos de cadeias de suprimento demasiadamente concentradas e frágeis. O Brasil e outros países se mostraram dependentes de insumos necessários à proteção da população contra pandemias, como máscaras, respiradores, medicamentos e vacinas. Ao mesmo tempo, o sistema de saúde e a base industrial e tecnológica brasileira demonstraram resiliência e potencial promissor para superar tais desafios e, até mesmo, fornecer insumos essenciais a outros países, em particular os vizinhos. Por ocasião do conflito em curso na Eurásia, veio à tona a dependência de fertilizantes, essenciais para o agronegócio nacional e para a segurança alimentar mundial.

Cumpre, portanto, para a redução da dependência externa, a definição de áreas estratégicas que sejam objeto de investimentos de médio e longo prazo, preparando-se para as contingências do futuro e oferecendo ao País segurança de abastecimento e capacidade competitiva cada vez maior.

É importante não ser reativo nesse assunto e preparar-se para responder às crises antes que aconteçam. O Brasil deve ser não frágil, mas “antifrágil”, ou seja, tornar-se mais capaz e seguro a cada novo desafio externo. Deve procurar visualizar as diversas possibilidades e cenários externos décadas à frente, e não só esperar pelo melhor.

O Brasil deve colocar em marcha um ciclo virtuoso que envolva não só a capacidade física, mas também a capacitação de mão de obra capaz de construir e manter as áreas estratégicas. O fomento do crédito à produção e a promoção do empreendedorismo são fundamentais. Educação, indústria, agricultura, energia, telecomunicações, transporte, finanças e serviços devem conjugar-se harmonicamente para fortalecer a capacidade do Brasil de se adaptar às mudanças do cenário internacional. As eventuais carências e deficiências devem ser enfrentadas decisivamente por meio da estruturação dos setores prioritários e das áreas estratégicas para o Brasil.

Aspectos como tecnologia de ponta, energia limpa, escolas com currículos adaptados às **necessidades de um mundo digitalizado, indústria flexível e adaptativa, e capacidade de agregar valor aos recursos naturais irão gerar renda, emprego e bem-estar social.** É necessário pragmatismo no relacionamento com outros países nesse aspecto. Devem-se buscar parcerias comerciais e tecnológicas com aquelas nações que ofereçam respostas às necessidades do País, que complementem aquilo que não é possível ser integralmente dominado pela indústria nacional e que estejam dispostas a ser nossas sócias para diversificar e melhorar o que é feito aqui. Cita-se como caso de sucesso **a transferência de tecnologia, internalização e domínio nacional de todo o ciclo de produção da vacina contra a Covid-19 pelo Governo Federal, por intermédio da Fiocruz.**

IV. OCDE e outros Organismos Internacionais

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é uma organização econômica integrada por 38 países membros, com a finalidade de estimular o progresso econômico e o comércio mundial. Está ligada aos princípios democráticos e da economia de mercado, responsabilidade e compliance, aspectos caros ao Governo Federal do atual mandato. **A OCDE concedeu, em 2022, aval para que o Brasil integre o 'roteiro de acessão' (*roadmap*).** Esse fato demonstra que o País segue práticas como a modernização do Estado, o desenvolvimento sustentável, o fortalecimento de políticas públicas voltadas à educação e a melhoria da qualidade de vida de todos os brasileiros[55].

Outros organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Conselho de Segurança da ONU, dentre outros, devem ter a participação do Brasil estimulada para dar voz às nossas crenças e aos nossos valores como Nação e seu posicionamento diante dos principais problemas mundiais, como a proteção do meio ambiente, a geração de empregos bem pagos e produtivos, o bem-estar social e o uso responsável de novas tecnologias, como a inteligência artificial e fontes renováveis de energia.

Dentre as vantagens do ingresso do País na OCDE, será criada a possibilidade de estreitar acordos econômicos com nações que são mais desenvolvidas, além de integrar os acordos internacionais. Essa adesão facilitará negócios porque ela é vista como selo de boas práticas políticas, econômicas e diplomáticas, garantindo segurança e estabilidade nas relações comerciais com outros países.

V. Base Industrial de Defesa e Alianças

A Base Industrial de Defesa (BID) é o somatório das empresas estatais e privadas que participem de uma ou mais etapas de pesquisa, desenvolvimento, produção, distribuição e manutenção de produtos estratégicos de defesa – bens e serviços que, por suas peculiaridades, possam contribuir para a consecução de objetivos relacionados à segurança ou à defesa do País[56]. **O estímulo a esse setor, com redução de impostos, incentivos à P&D e linhas de crédito e financiamento é importante na medida que está ligado ao tema Política Externa e Defesa, facilitando a relação com outros países** e permitindo troca e aquisição de conhecimentos por meio, por exemplo, de inclusão cláusulas de offset (compensação) de contratos de compra de equipamentos de outros países.

55 Fonte: https://istoe.com.br/ocde-aprova-plano-de-adesao-do-brasil-e-de-outros-paises-ao-grupo/
56 Fonte: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/industria-de-defesa/base-industrial-de-defesa

4. CONCLUSÃO

Buscou-se, neste Plano de Governo, alinhar perspectivas daqueles que apoiam a presente candidatura e a continuidade e aperfeiçoamento das ações iniciadas no governo gestão 2019-2022, sempre com temas que busquem a melhoria do bem-estar da população ou o seu benefício, razão de ser de todo governo sério, democrático e comprometido com os valores de sua gente.

As linhas diretivas deste documento foram elaboradas pensando no presente, vislumbrando e preparando o País para gerações futuras. Trata-se do total compromisso com a realidade do mundo atual e suas incertezas. Experimentamos nos últimos três anos essa incerteza por meio da pandemia e do recente conflito entre a Federação da Rússia e a Ucrânia, impactando todas as economias do mundo, em particular aquelas mais pujantes, como é o caso do Brasil.

O Estado e os marcos regulatórios devem ser modernizados com o objetivo de **aumentar a eficiência do uso do dinheiro público para atender as reais necessidades da população brasileira, garantindo a renda básica, a educação, a saúde e a segurança. Além disso, garantir o emprego e renda e a retomada do crescimento econômico, criando um ambiente de concorrência e competitividade que reduzirá os preços e melhorará a oferta e a qualidade dos produtos e serviços, beneficiando o cidadão.**

Não foi esquecido que, em um mundo cujo avanço tecnológico ocorre de forma exponencial, eliminando profissões e postos de trabalho e criando outros cujas capacitações são mais complexas, é preciso um planejamento antecipado e uma educação consistente e coerente com esses desafios.

Foram mantidos conceitos inegociáveis do projeto em andamento, como **LIBERDADE, DEMOCRACIA, VIDA, FAMÍLIA e SEGURANÇA, nos seus mais variados espectros, e respeito às LEIS** que norteiam esse País.

O aperfeiçoamento de muitas iniciativas do atual mandato foi contemplado com a humildade e sabedoria daqueles que querem o melhor para a sua população. Outros aperfeiçoamentos foram citados no documento no sentido de se manter fiel e dar continuidade aos compromissos da campanha anterior ao governo 2019-2022 e manter a coerência necessária para propiciar a necessária segurança ao eleitor dos propósitos aqui declarados.

Busca-se dar **continuidade ao Caminho da Prosperidade**, com a implementação e a consolidação: da **reforma econômica de cunho liberal**; da permanência das **políticas públicas sustentáveis e sem viés eleitoreiro**; da retomada da moralidade pública pelo **combate à corrupção**; da **paz social** pela recuperação do sistema judicial e o de segurança pública; da retomada e **valorização do civismo**, do **patriotismo**, da instituição da **família** e dos **valores morais e éticos**; da **desideologização do ensino**; da **liberdade de pensamento** sem coerção ideológica de qualquer natureza; e do **desaparelhamento ideológico** da sociedade e do aparato do Estado, visando **recuperar a coesão social.**

Este Plano de Governo não se trata de um documento de retórica ou desconectado da realidade nacional e internacional. Traz diretrizes realistas e com propostas concretas. Ao longo do texto, foram oferecidos exemplos ao eleitor, com números e algum detalhamento a fim de esclarecer alguns conceitos, possibilitando que ele faça a sua escolha de maneira informada e livre. Tudo isso no sentido de respeitar o direito de o cidadão compreender exatamente o que o futuro governo pretende realizar na continuidade na governança e gestão do País. Fica clara a transparência e respeito ao cidadão, notadamente dos menos favorecidos.

Talvez, pela primeira vez, o Brasil esteja conseguindo, com a manutenção da atual gestão na próxima legislatura, **propiciar uma continuidade em seus programas e projetos de governo e de Estado sem destruir o que já foi feito.**

Não se trata de um Plano de Governo para impor ideologias, mas para propiciar aos brasileiros a melhoria do seu bem-estar e a possibilidade de vivenciar um passo histórico, quando o País deixa clara sua vontade em caminhar para frente preocupado com o presente, mas olhando para o futuro. **Este é um projeto que busca olhar para frente, preparar o País para os desafios** que acenam desde já e que precisem de uma base sólida e que pense nas gerações mais novas e naquelas que sequer ainda existam.

Por isso essa preocupação em colocar neste Plano de Governo, além de elementos intangíveis, como **DEMOCRACIA e LIBERDADE,** aspectos tangíveis como a aperfeiçoamento da **infraestrutura, educação, saúde e segurança**, dentre outros. Tudo alicerçado na **garantia dos diretos humanos para todos** e em um conjunto de **políticas socioeconômicas robustas**, que valorizem o **empreendedorismo**, a **liberdade econômica**, que **gerem empregos sólidos diante das incertezas que as tecnologias naturalmente propiciam, que deixem para o Estado somente aquilo que é sua função precípua, a fim de dedicar seus esforços ao cidadão brasileiro, nosso verdadeiro e supremo soberano. Neste contexto, ninguém fica para trás!**